



# **CADERNO DE TESES**



## Sumário

### CONJUNTURA/PLANO DE LUTAS

*“Juntos, seremos resistência”: instabilidade mundial e acirramento da luta de classes*

Coletivo Luta Sintrajufe ..... 5

*Juventude Sintrajufe-RS: conjuntura nacional*

Paulo Roberto Tiecher de Jesus, Paulo Rosa, Jaime Messer, Valdir dos Santos Laini e outros..... 9

*Conjuntura e plano de lutas*

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe..... 12

### EMENDA 95/2016 E LUTA POR VALORIZAÇÃO

*A valorização do serviço público impõe a derrubada da emenda constitucional nº 95/2016*

Coletivo Luta Sintrajufe ..... 19

### ORGANIZAÇÃO SINDICAL

*Balanco da direção da Fenajufe: “Para enfrentar Bolsonaro, uma nova Fenajufe é necessária”*

Coletivo Luta Sintrajufe ..... 22

*O Sintrajufe ainda mais forte: unir forças entre Judiciário e MPU para vencer os ataques e retomar as conquistas*

Coletivo Luta Sintrajufe ..... 24

*Tese organização sindical*

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe..... 26

### SAÚDE

*Nossa saúde não está à venda: lutar contra o desmonte do serviço público e o modelo de gestão por metas para garantir o bem-estar da categoria e um serviço público livre de assédio*

Coletivo Luta Sintrajufe ..... 28

*Tese Saúde do Trabalhador e Trabalhadora do Judiciário ao IX Congresso do Sintrajufe*

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe..... 31

### POLÍTICAS PERMANENTES

*Racismo, machismo e LGBTfobia no serviço público*

Coletivo Luta Sintrajufe ..... 34

*Mulheres, Negros e Negras, LGBTI+ e Pessoas com Deficiência*

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe..... 38

*Resoluções dos PCD's para o IX Congresso Estadual do Sintrajufe*

Ari Antonio Heck, Alex Bruno Viana da Silva, Floravante Moraes, Elton Decker e outros ..... 43

### APOSENTADOS

*Jubilamento não é inatividade: o protagonismo de aposentadas, aposentados e pensionistas nas Lutas Sindicais*

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe..... 47



## **CONJUNTURA/PLANO DE LUTAS**

# **“Juntos, seremos resistência”: instabilidade mundial e acirramento da luta de classes**

A crise econômica mundial, aberta em 2007/2009, traz instabilidade social em todas as partes do mundo e acirramento da luta de classes em todos os continentes. Apesar de diferentes ritmos e da desigualdade existente entre os países, a polarização social é realidade nos EUA, Europa, América Latina, África e Ásia.

O aumento da exploração sobre os trabalhadores como saída buscada pela burguesia é uma realidade em todo o mundo. A desigualdade, a pobreza e a concentração de renda aumentam drasticamente em decorrência de medidas duras de austeridade adotadas pela classe dominante. Por outro lado, os ataques não ocorrem sem resistência.

A luta dos setores oprimidos entra em cena com mobilizações e mesmo greves gerais em distintos países. Como consequência, a partir dos constantes ataques do capital, existe uma polarização crescente da luta de classes e uma instabilização cada vez maior nesses países. É verdade, no entanto, que a construção de uma alternativa política anticapitalista mais consolidada ainda não é uma realidade. O avanço de consciência é lento, em função da ausência de uma direção para o movimento de massas e da crise das diversas experiências de governos antes supostamente progressistas, em especial na América Latina (com destaque para a degeneração dos governos Maduro, na Venezuela, e Ortega, na Nicarágua).

A profunda crise econômica e social leva a disputa para os extremos. A resistência da classe trabalhadora avança na construção de novas alternativas de esquerda que superem a social-democracia. Entretanto, a extrema-direita se fortalece em diversas partes do mundo com bandeiras reacionárias, nacionalistas e xenófobas. A eleição de

Donald Trump, nos Estados Unidos, e o crescimento de Le Pen, na França, são exemplos desse fenômeno nos EUA e Europa.

No Brasil, da mesma forma, a burguesia busca saídas para a crise às custas do aumento da exploração dos “de baixo”. O duro ajuste econômico aplicado caminha para um processo de reversão neocolonial, com inserção ainda mais subordinada da economia brasileira no mercado internacional, e pressupõe, como condição para o acúmulo de capitais privados e a retomada do ciclo econômico, o rebaixamento geral do padrão de vida da população trabalhadora – com redução de salários diretos e direitos prestados pelo Estado. A profunda instabilidade social e política em função da crise econômica tem gerado fortes mobilizações em busca de mais direitos sociais e democracia, um processo que teve seu auge nas Jornadas de Junho, em 2013.

O pacto civilizatório estabelecido na Constituição de 1988 mostra-se frágil e, com as latentes contradições de nossa sociedade, parece não se sustentar na atual conjuntura de intensa polarização. A demanda por mais espaço, por baixo, confronta-se com a necessidade do sistema político de restringir ainda mais a já precária e limitada democracia – como condição para a contenção da resistência à imposição do desmonte dos direitos.

No contexto de crise da limitada democracia liberal e de resistência contra o ajuste em todo o mundo, a construção de uma alternativa política que possa canalizar as demandas sociais e expressar a busca por democracia real é a tarefa e desafio principal dos setores de esquerda e progressistas. Organizar a indignação dos setores oprimidos não é uma opção, mas uma obrigação para fazer frente e derrotar a barbárie capitalista.

## O GOVERNO TEMER E A CONTRARREFORMA DO ESTADO

Logo após a eleição de Dilma (PT) em 2014, os escândalos de corrupção no governo, aliados à perda de sua base social de apoio – em grande parte devido ao estelionato eleitoral caracterizado por ataques a direitos que negaram o discurso feito em campanha – evidenciaram a falta de condições de Dilma para adotar as medidas impopulares e drásticas que a elite exigia, ao mesmo tempo que a perda da hegemonia do movimento de massas tornava o PT incapaz de conter a insatisfação popular e tutelar as mobilizações de rua, como ocorrera no período anterior, circunstância que ficou evidente, em particular, nas Jornadas de Junho de 2013. O aprofundamento da crise econômica levou ao esgotamento da política de conciliação de classes patrocinada pelo lulopetismo em períodos de relativo crescimento econômico. Não havia mais margem para agradar a todos, a burguesia precisava de medidas mais duras contra nossos direitos, de mais intensidade nos ataques para jogar a conta da crise sobre nossas costas.

É esse o contexto da assunção de Michel Temer (MDB-SP) ao poder. Com a tarefa de levar a efeito um projeto de desmonte do Estado e dos direitos sociais para garantir os lucros de empresários, banqueiros e rentistas, Michel Temer assume a presidência após a conspiração que culminou na deposição arbitrária de Dilma Roussef com um golpe parlamentar.

Mesmo sem legitimidade alguma e com o governo envolvido em incontáveis escândalos de corrupção, o “projeto Temer” teve início ainda no final de 2016, com a aprovação da EC 95/16, que congelou os gastos sociais por vinte anos, medida sem paradigma nas economias de outros países e que gera um prejuízo incalculável na continuidade dos serviços públicos de qualidade, fundamentais especialmente para a população mais pobre do país. Essa iniciativa abriu as portas para a aprovação da terceirização ampla e irrestrita pelo Congresso Nacional, precarizando profundamente as relações de trabalho e avançando no objetivo de privatização dos serviços estatais sob o argumento de “contenção de gastos”, enquanto, paradoxalmente, a dívida pública segue consumindo metade do orçamento da União para enriquecer os ban-

queiros e rentistas que, há anos, dão as cartas na política nacional.

A continuidade da agenda de destruição de direitos teve seu auge com a aprovação da contrar-reforma trabalhista, um retrocesso de décadas, esvaziando o conteúdo da CLT ao permitir a prevalência do negociado sobre a lei mesmo em prejuízo ao trabalhador, retirando direitos históricos e, ao contrário do que pregavam governo e empresariado, sem resolver o desemprego recorde do país. Na contramão disso, a destruição da CLT jogou milhares de trabalhadores na informalidade ou em formas precárias de contratação, como o trabalho intermitente, a terceirização e a pejotização.

Apesar de tantos retrocessos, a intensa resistência dos trabalhadores e movimentos sociais no mesmo período merece destaque. A greve geral de 28 de abril – que levou cerca de 40 milhões de trabalhadores às ruas – e o Ocupa Brasília de 24 de maio – que mobilizou aproximadamente 130 mil ativistas de todo país na capital federal –, em especial, foram momentos marcantes da mobilização ao longo de 2017. Foi essa resistência que, em uma conjuntura de tantas dificuldades, conseguiu impedir a contrar-reforma da Previdência, projeto de maior importância para os planos do governo e que, caso aprovada, praticamente inviabilizaria a aposentadoria da maioria da classe trabalhadora do país. A dimensão dessa vitória é proporcional ao esforço de Temer em sentido oposto: o governo gastou milhões em propaganda oficial, teve apoio massivo da grande imprensa, despendeu outros milhões em compra de votos e liberação de emendas parlamentares. Nossa luta, no entanto, foi mais forte.

Não é exagero dizer que a forte mobilização, combinada com a ausência absoluta de credibilidade do governo, com popularidade próxima a zero, por muito pouco não concretizou a consígnia “Fora Temer”, expulsando do Planalto o governo mais corrupto da nossa história.

No entanto, a mobilização foi contida e limitada, em grande parte, pelo papel de “freio-de-mão” desempenhado pelas grandes centrais sindicais, em especial a CUT, a mais representativa. Os desmontes das greves gerais de junho e dezembro foram um balde de água fria em momento crescen-

te da luta, exemplificando a opção do PT e seus satélites por uma “oposição domesticada”, operando dentro da mesma lógica institucional e parlamentar de seus supostos algozes, inclusive com eles fazem acordos e selando alianças eleitorais. Episódios como, por exemplo, a defesa de Aécio Neves (PSDB-MG) no Senado frente à determinação judicial de afastamento evidenciam que a oposição petista, na verdade, fazia parte do “grande acordo” necessário para conter “a sangria” e garantir sua sobrevivência como parte integrante que é de um sistema político apodrecido, tentando canalizar as forças populares para um projeto eleitoral descolado das mobilizações de rua e, que, por isso mesmo, não oferece soluções reais para os problemas do povo.

### **BOLSONARO: A METÁSTASE DE UM REGIME INTEGRALMENTE APODRECIDO**

A crise do regime político e o fracasso das instituições para resolver os problemas sociais da população foram o pano de fundo das eleições de 2018. Em um contexto de vazio de representatividade e profundo ceticismo com a política, a eleição de Jair Bolsonaro (PSL-RJ) como presidente marca, em primeiro lugar, o repúdio da população aos partidos do regime – PSDB, MDB e PT. Entretanto, apesar de se apresentar como uma alternativa supostamente anti-sistêmica, Bolsonaro é a expressão mais apodrecida e atrasada do sistema político nacional. A escolha de uma candidatura que defende abertamente a violência como solução para os problemas nacionais, priorizando o discurso de ódio, preconceito e chegando, até mesmo, a saudar a tortura e a ditadura militar marca a falência total da chamada Nova República.

Ainda não está claro o grau de fechamento do regime. A possibilidade de uma ditadura clássica não é descartada – e as declarações de Bolsonaro e seu vice, general Mourão, são prova disso –, mas hipóteses como a de um governo de “estado de exceção” podem ser a forma de mais fácil implementação da restrição de liberdades democráticas que, certamente, será uma das principais características do novo governo. A Lei Antiterror, herança de Dilma Rousseff (PT), pode ser modificada e ainda mais endurecida, criminalizando qualquer tipo de mobilização “com motivação política, ideológica ou social” que possa colocar em risco a liberdade

individual, como diz o texto de Magno Malta (PR-ES), um dos principais aliados de Bolsonaro. Com isso, poderia ser concretizada a intenção, inúmeras vezes defendida por Bolsonaro, de classificar movimentos como MST e MTST como terroristas. A Lei da Mordaza, popularmente conhecida como “Projeto Escola sem Partido”, igualmente avança, buscando proibir o pensamento crítico nas escolas e impor uma ideologia, incentivando a perseguição a professores em todo o Brasil. Para além disso, os ataques à oposição, a sindicatos e à imprensa deixam claro com quem estaremos lidando a partir de 1o de janeiro de 2019.

Merecem especial atenção, nesse contexto, a comunidade LGBT, negros(as), mulheres e indígenas. Não apenas pelas propostas do programa de governo que restringem conquistas históricas, como a ameaça de extinção das ações afirmativas, fim da demarcação de terras indígenas e quilombolas e proibição da união homoafetiva. Declarações públicas de Bolsonaro atacando esses segmentos foram o signo principal de sua campanha. Como consequência, houve o empoderamento de grupos fascistas organizados e incentivo de ações de violência que, ainda durante a eleição, ocorreram por todo o Brasil. O retrocesso democrático e civilizatório é nítido com o avanço da extrema-direita e tem a barbárie como horizonte.

O autoritarismo político é o *modus operandi* para a implementação, na economia, da radicalização do ajuste sobre os trabalhadores com o ultraliberalismo dos “Chicago Boys”. Liderado pelo especulador Paulo Guedes, o plano econômico do presidente eleito aprofunda o desmonte do Estado brasileiro já iniciado em governos anteriores, com iniciativas como a privatização da maioria das empresas estatais. Uma das primeiras medidas já anunciadas, a contrarreforma da Previdência pretendida pelo governo considera a proposta de Temer, derrotada por nossa mobilização em 2018, como muito suave, “um remendo que não duraria 5 anos”, nas palavras do já anunciado futuro Ministro da Casa Civil, o corrupto confesso Onyx Lorenzoni (DEM-RS). A proposta de Previdência articulada pelo novo governo é baseada no modelo aplicado no Chile por Pinochet e que, anos depois, cobra seu preço levando milhares de aposentados chilenos ao suicídio. Certamente, esse será um dos primeiros embates da classe trabalhadora contra

Bolsonaro em 2019.

A guerra em defesa dos direitos, no entanto, deverá ser permanente ao longo de todo o governo. Mesmo após a contrarreforma trabalhista que praticamente destruiu a CLT no governo Temer, o agrado ao empresariado prevê a desregulamentação ainda maior da legislação trabalhista – chegando à caricata proposta de CTPS “verde-amarela”, com ainda menos direitos – e passa, inclusive, pela extinção da Justiça do Trabalho, proposta que ganhou muita força recentemente.

O próximo período será de muita resistência. A correlação de forças social definirá, inclusive, a profundidade da restrição democrática. A unidade entre todas as forças progressistas, trabalhadores e movimentos sociais não poderá ser apenas uma palavra de ordem, mas é uma necessidade, uma obrigação. A defesa de nossos direitos e da própria democracia irá impor, inclusive, a disputa de consciência dos trabalhadores e povo pobre que, em algum momento do último período, se afastaram de nossa trincheira. A primavera feminista que liderou a reação à candidatura de Bolsonaro ainda durante o processo eleitoral, levando milhões às ruas em todo o Brasil, é um ponto de partida para o movimento que precisará, ainda, se ampliar bastante. As diversas centrais sindicais, em unidade com os demais movimentos sociais, tem a tarefa de superar as divergências existentes e organizar um calendário de luta que possa fazer frente aos ataques que, mesmo antes do novo governo tomar posse, já estão sendo anunciados. Espaços unitários como o Fórum em Defesa da Previdência, iniciativa do Sintrajufe/RS e demais sindicatos do RS, devem ser reativados e ampliados. As dificuldades são muitas, mas, com unidade e coesão, é possível lutar e vencer. Juntos, seremos resistência.

### **PLANO DE LUTAS:**

- Não à contrarreforma da Previdência;
- Não à extinção da Justiça do Trabalho;
- Revogação imediata da contrarreforma trabalhista e da lei da terceirização irrestrita;
- Revogação imediata da EC 95/16 que precariza e desmonta os serviços públicos;
- Data-base para todo o funcionalismo público, com reposição das perdas salariais históricas;
- Aprovação do PLS 228/18, que tipifica como cri-

me de responsabilidade a sonegação do direito à data-base;

- Instalação de mesa permanente de negociação com o STF para discussão de política salarial para a categoria e construção de plano de carreira que valorize o servidor;
- Fim do pagamento de auxílio-moradia para magistrados e procuradores: chega de privilégios;
- Em defesa da estabilidade e dos direitos dos trabalhadores do serviço público;
- Retomada imediata das nomeações em todos os ramos do PJU e MPU;
- Não às metas produtivistas que causam adoecimento crescente na categoria;
- Jornada de 6h e regulamentação das pausas de 10min a cada 50min trabalhados para tod@s;
- Criação de comissões de combate e prevenção ao assédio moral em todos os tribunais;
- Manutenção da GAS no pagamento dos proventos de aposentadoria aos agentes de segurança;
- Reajuste automático da indenização de transporte devida aos Oficiais de Justiça;
- Fim do abismo salarial entre os cargos, retorno da sobreposição de tabelas;
- Pagamento de adicional de fronteira aos servidores lotados em unidades localizadas em faixa de fronteira;
- Não à criminalização dos movimentos sociais e do direito de mobilização: revogação imediata da Lei Antiterrorismo;
- Não aos projetos de lei de restrição ao direito de greve;
- Não às propostas de “reestruturação” dos tribunais que causam precarização de estrutura e sobrecarga aos servidores;
- Democratização do Poder Judiciário: participação do sindicato em todas as comissões de todos os tribunais e eleição direta, com participação dos servidores, para as administrações;
- Não à entrega do patrimônio público e da soberania nacional: em defesa da Petrobrás e das demais empresas estatais, contra as privatizações;
- Suspensão do pagamento e auditoria da dívida pública: fim do “bolsa-banqueiro”;
- Regulamentação da taxação das grandes fortunas: que os ricos paguem pela crise.

COLETIVO LUTA SINTRAJUFE

# Juventude Sintrajufe-RS: conjuntura nacional

1. Quem governa o Brasil (e boa parte do mundo, diga-se de passagem) são os donos do capital, principalmente os rentistas. Temer e sua camarilha são serviçais, em nosso país, dessa turma: latifundiários, banqueiros, empresários (do yellow duck) e especuladores. Com Temer no poder o Brasil tornou-se marionete dos poderosos. O golpe dentro do golpe, quase se concretizou, pois mal engendrado. Ou seja, desde o impeachment fajuto, o Estado brasileiro está para os donos do capital e não para os cidadãos. Quem manda é o deus todo-poderoso e invisível chamado “mercado”, que não respeita a Constituição (nem os processos eleitorais); não se preocupa com o povo e a Nação e, portanto, não se curvou aos cânones democráticos.

2. O golpe foi para manter a metade do orçamento do país intocável, destinado aos especuladores da banca e, também, para conservar privilégios de elites e segmentos que sempre se beneficiaram desse modelo escroto de sociedade (altamente excludente, violenta e injusta). Por isso, todas as contrarreformas do grupo que usurpou o poder em 2016/17 não são para melhorar o país ou a vida do povo; são para garantir a pilhagem do erário pelos ricos e precarizar os direitos dos trabalhadores, aqui, inclusive, por óbvio, a classe média (inclusive os batedores de panela inox que se acham burgueses).

3. Para manter o Brasil prostrado aos interesses geopolíticos norte-americanos e à banca, o baronato brasileiro se uniu a segmentos hegemônicos do Poder Judiciário na empreitada golpista. Numa parceria com o MP e a PF, o Judiciário institucionalizou um estado judicial-policial seletivo que interfere nos processos democráticos, com as bênçãos do Supremo.

4. O golpe se constituiu numa união, precária, mas eficiente, das elites nacionais, da mídia empresarial, judiciário e concordância de grande parcela dos brasileiros. Parlamento e Executivo, repletos de prepostos dos barões (como os que mandam no banco central, por exemplo), ora servem, ora são

massa de manobra dos donos do poder.

5. Para inviabilizar qualquer Novo projeto popular, Lula foi preso e continuará como preso político. Foi uma infantilidade pensar que o STF e/ou o TSE, históricos representantes da Casa Grande, irão liberá-lo às eleições.

6. Houve eleições sem Lula, a grande esperança de um Brasil melhor, de uma nova proposta de desenvolvimento ficou para trás. Sabem porquê? Não houve a tão esperada migração do patrimônio eleitoral de Lula. Aqueles que projetavam outro cenário eleitoral, que segundo o dizia o coronezinho oportunista chamado Ciro Gomes “PT ensaiava uma perigosa dança a beira do abismo”. A esquerda perdeu, o Brasil perdeu, nós perdemos para um candidato que exalou seu fascismo, seu preconceito, sua homofobia, durante toda campanha, sem vergonha, sem pudor.

7. Enquanto isso, setores democráticos e do campo de esquerda não conseguiram se articular trabalhar junto em nome da democracia e bandeiras históricas. Sem esta articulação política necessária e rápido, não foi possível construir uma candidatura mais sólida, que tivesse energia e unidade Popular e democrático (aspecto programático). Neste cenário o apoio de Lula seria o diferencial e decisivo para alavancar essa candidatura.

Deu no que deu!!

## **UNIR FORÇAS PARA DERROTAR O FASCISMO**

8. Aqui cabem algumas perguntas:

O BRASIL É RACISTA? O BRASIL É ESCRAVOCRATA? O BRASIL É HOMOFÓBICO? O BRASIL É GOLPISTA? O BRASIL É LIBERAL?

Sim, o Brasil é majoritariamente racista, escravocrata, homofóbico, golpista e liberal.

O processo político e social que foi desencadeado com o processo eleitoral provou tudo isso.

O eleito propagandeou diuturnamente essas

chagas, capitalizou os sentimentos verdadeiros e que estavam represados na maioria da população de nosso país, e com sua eleição mostrou o Brasil verdadeiro.

Não poderia ser diferente, pois nossa Nação é formada, ou seja, tem sua origem humana, numa horda de miseráveis e proscritos desembarcados em nossas praias, com a finalidade de dominar, massacrar e roubar as riquezas naturais, e assim foi feito.

Desde o primeiro desembarque foi praticada a corrupção, os índios, verdadeiros donos desta terra, foram corrompidos com presentes os mais diversos, para que se acalmassem e deixassem os ladrões agirem livremente, assim como até hoje é feito nesta república. O que foram os tais bandeirantes? Foram os assassinos que comandaram tropas de extermínio que assassinavam os moradores e saqueavam tudo por onde passavam.

Mas daí veio o grande achado do capitalismo, que foi o projeto escravagista em nível mundial, tendo como instrumento os negros africanos, pois eram de fácil identificação pelo seu fenótipo.

No Brasil, que hoje se constitui no segundo país do mundo com maior número de habitantes negros (54%), os horrores do escravagismo foram os mais expressivos, permanecendo até hoje a cultura da exploração e da segregação. Num determinado momento do século XIX os imperialistas, devido à enorme crise em seus países, em violenta decadência econômica e com milhares de desempregados, resolvem acabar com o regime escravagista e embarcam seus desempregados e seus proscritos para o Brasil, formalizando a libertação dos escravos negros, mas aprisionando-os definitivamente na miséria. Quando da tal abolição substituíram a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra assalariada de seus compatriotas, porém com algumas premissas e requintes. Uma dessas premissas foi a PRIMEIRA LEI DE COTAS RACIAIS, do decreto nº 163 de 16 de janeiro de 1890, que dividia todas as terras do país entre os estrangeiros europeus. Mas os negros foram atirados nos locais mais íngrimes, onde as terras não eram agricultáveis, nascendo nesse momento a favela. E de lá para cá quase nada se modificou em relação aos negros, exceto a luta de inúmeros cidadãos pelas ações afirmativas, sendo que as primeiras duas, a

lei de cotas para ingresso em universidades e no serviço público foram finalmente implementadas nos últimos anos. Sem deixar de observar, que os racistas de plantão fizeram enorme oposição e buscam burlar essas leis de todas as formas.

Os quilombolas receberam o apoio do último governo popular, mas são diuturnamente perseguidos com ações de reintegração de posse fraudulentas, pois a posse das áreas, como diz a própria ação é das famílias ali assentadas há muitos anos e até séculos, só não têm as escrituras, pois o Estado racista lhes nega.

O Brasil é dominado pelo conservadorismo e pela hipocrisia, pois a livre orientação sexual é uma grave ofensa para os conservadores e atrasados sempre de plantão, o exercício da cidadania é diuturnamente cerceado, e os brasileiros e brasileiras que têm opção sexual diversa de sua constituição orgânica são tratados como doentes irrecuráveis. Vejam a que ponto chega essa sociedade, tem até deputado homossexual que propõe lei no Congresso Nacional para a cura gay. Aqui no Rio Grande do Sul a cultura desumana e fascista tem sua maior confraternização num acampamento, no mês de setembro, que comemora sua derrota numa tentativa de golpe político no Império, quando ao final assassinaram mais de 400 soldados negros em Porongos, para que a Coroa Portuguesa aceitasse um acordo com os derrotados farroupilhas. Mas os casos de discriminação e ódio são a tônica desse acampamento e se proliferam em nosso país, com agressões e assassinatos de companheiros LGBT.

Dessas desgraças todas não poderia resultar em outra coisa senão numa sociedade golpista e exploradora. Destituíram uma presidente da república sob a alegação de transgressão de uma norma econômica, sendo que enquanto tramitava o processo de impedimento os golpistas elaboravam uma lei absolvendo os transgressores dessa mesma norma que não haviam sido processados, o que foi aprovado.

Toma posse o vice-presidente, principal articulador do golpe político, mas a maioria da Nação aplaude, uns por ignorância mesmo, outros por interesses político-partidários, mas a maioria pelos seus sentimentos baixos de vingança, que nem mesmo sabem contra quem ou o quê. Aliás, uns

até sabem que é contra o maior partido popular da América, pois criou programas sociais inéditos aqui neste país, alavancando a liberdade e a cultura popular.

Daí em diante o que se assiste é uma decadência social imensa, mas com ótimos índices econômicos. Sabem por que? Porque essa economia não é para os 98% mais pobres, mas para os 2% mais ricos, que são os detentores de imensas fortunas.

Reinicia-se o processo de entrega do patrimônio brasileiro para o Império Europeu e Estadunidense, LEMBRAM DO INÍCIO DE TUDO? Pois é, continua o mesmo.

As leis antipovo se sucedem no Congresso Nacional, formado majoritariamente por laráprios de toda espécie.

Os servidores e os serviços públicos são ameaçados, pois afinal de contas, pra que gastar o dinheiro dos impostos e da renda nacional com benesses para esse povo miserável?

Mas os servidores públicos estiveram sempre na linha de frente de combate aos partidos e representantes das organizações populares, dilapidaram principalmente os sindicatos e partidos populares, agem como fiéis guardiões do poder surrupiado.

Não contentes colocaram o presidente mais popular da história do Brasil na cadeia, num pro-

cesso político sem precedentes, alavancado por um processo crime que não conseguiu apontar sequer UMA prova material ou ao menos convincente da culpa do réu. Comemoram até hoje nos corredores, com uivos de lobos famintos desconcertados pela situação econômica que começam a sentir em suas economias domésticas.

O Brasil é hoje um país liberal-fascista, que tem um governo espúrio e está, a partir de primeiro de janeiro do ano que chega, nas mãos de um governo muito pior do que é o atual.

Teremos um ciclo péssimo, com um governante principal semi-analfabeto politicamente, cercado de ratos e urubus liberais e corruptos, que têm como principal propósito a entrega de nossas riquezas ao grande capital, recrudescendo a miséria, a fome e o desemprego.

Sabedores disso, temos a certeza de que as forças políticas mais consequentes estarão todas unidas na luta incessante para a manutenção do patrimônio nacional, no combate ao liberal-fascismo, visando a construção de um Brasil livre e soberano.

Porto Alegre, 20 de novembro de 2018.

JUVENTUDE SINTRAJUFE-RS

Assinam essa Tese:

Paulo Roberto Tiecher de Jesus, Paulo Rosa, Jaime Messer, Valdir dos Santos Laini, Rogério Quiroga, Alan Carlos Dias da Silva.

# Conjuntura e plano de lutas

## CONJUNTURA INTERNACIONAL

O Neoliberalismo arrasta a humanidade à barbárie, mas a classe trabalhadora organizada resiste!

1. Para os trabalhadores dos cinco continentes, as questões políticas mais vitais nunca se colocaram simultaneamente em termos tão próximos. Com formas certamente diferentes em todos os continentes, mas próximas no seu conteúdo. Elas se colocam de forma aguda para os mais vulneráveis, a começar pela juventude e as mulheres.

2. A política de guerra se estende sobre todos os continentes, se não sob a forma de destruição física, pela forma da guerra “social” movida contra os direitos dos trabalhadores. Os orçamentos de armamento explodem, enquanto a produção estagna, o comércio mundial regride (apesar das cifras de valores especulativos serem cada vez maiores) e a miséria cresce em todos os continentes, jogando, com a guerra e suas devastações, milhões de refugiados e migrantes do Oriente Médio, África e também da Ásia e Europa do Leste, nas rotas de êxodo. Na história da civilização, nunca foi tão alto o número de pessoas forçadas a deixar suas casas por causa de guerra, da violência ou da perseguição. Segundo a ONU, são mais de 65 milhões.

3. Trata-se do preço da agonia do regime baseado na propriedade privada dos meios de produção que joga o peso de sua sobrevivência sobre os ombros dos trabalhadores e ameaça o futuro da humanidade.

O cenário é de uma instabilidade generalizada. Mesmo no coração da maior potência imperialista a crise se aprofunda. Trump promete o que não pode cumprir. Durante a sua campanha, fez discursos contra a Apple, para que esta realocize as suas fábricas nos EUA (a Apple emprega setenta e seis mil assalariados nesse país e cerca de dois milhões no resto do mundo). O mesmo fez contra outras multinacionais americanas. Trump responde aos principais monopólios imperialistas, que querem tirar suas “cadeias produtivas” dos entraves, tratados comerciais e regulamentações, inclusive os que foram criados já na própria “globaliza-

ção”. Sem abandonar a política de guerra, ele tenta livrar os Estados Unidos (EUA) do peso da carga exigida pela defesa da ordem mundial (mesmo que não possa ir até o fim nisso).

4. Contudo, os economistas concordam que as medidas protecionistas de Trump são ilusórias. Do ponto de vista do próprio capitalismo, o isolacionismo e o protecionismo são uma impossibilidade, dado o imbricado de toda a economia mundial e do mercado mundial. As deslocizações para a China, para o resto da Ásia ou ainda para o México (para baixar o custo do trabalho) não podem ser proibidas por Estados imperialistas submetidos às exigências deste mesmo capital financeiro. Em trinta anos, o capital financeiro norte-americano suprimiu também mais de 30% dos empregos industriais nos EUA, atirando para o desemprego, para a precariedade e a pobreza milhões de operários.

5. Nesse contexto de guerra econômica tempestuosa, o imperialismo dos EUA e seus concorrentes disputam, como nunca, o controle das matérias-primas, como vimos no nosso país com a entrega do pré-sal ao estrangeiro, objetivo primeiro do golpe de 2016 e processo que a Operação Lava Jato teve destaque. A repartição das zonas de influência assola particularmente o continente africano, onde a “guerra econômica” cede lugar a verdadeiras guerras fabricadas, alimentando a indústria de armamentos e jogando nas rotas do exílio milhões de refugiados, contra os quais o imperialismo tenta jogar as populações dos países nos quais eles buscam asilo.

Todavia, nada disso secundariza o efeito objetivo das iniciativas de Trump, que são fatores de desestabilização mundial, como a retirada do acordo nuclear com o Irã e a transferência da sua embaixada para Jerusalém, para respaldar Israel em sua provocação à luta pelo direito dos palestinos ao retorno. Assim chegamos nas eleições de meio de mandato no EUA, onde a confusão aumenta. É verdade que o partido de Trump perdeu a maioria na Câmara, mas ao mesmo tempo obteve a maioria no Senado, saindo do impasse de diversas votações nas quais o vice-presidente dos EUA teve que assumir a presidência do senado para desempatar.

Paralelo a isso, acabaram as ilusões nos “países emergentes”, que eram anunciados como motores da retomada da economia mundial, e que têm agora o menor saldo comercial em 20 anos, ainda mais fragilizados pela política de juros do Banco Central dos EUA. Na América Latina, essa situação resulta numa pressão asfíxiante, pois voltam com força as recomendações do FMI aos governantes para se alinharem, da Argentina em crise cambial, onde o reacionário Macri aprofunda o ajuste, à Nicarágua do casal Ortega-Rosario, que tentou reformar a previdência, e nos dois países foram confrontados pela luta de classe. É a mesma luta de classe que explica a resistência na Venezuela de Maduro, onde, apesar da penúria e de que tardam as medidas de ruptura necessárias a serem tomadas pelo governo, a ameaça de Trump com uma intervenção militar naquele país (que provocou reações contrárias até mesmo entre seus aliados com medo de um levante do povo) demonstra que não há nenhum limite para garantia dos interesses norte-americanos. Essa ameaça deve ser repudiada por todos que defendem a democracia e a autodeterminação dos povos.

6. De fato, na sua luta contra resistência dos(as) trabalhadores(as), o imperialismo e as classes dominantes locais cada vez mais flertam com políticas de tipos fascistas. Já tivemos o triste exemplo ocorrido na Ucrânia e, mais recentemente, a ascensão de um proto-fascismo no Brasil nos últimos anos.

Contudo, apesar do aparente avanço da extrema direita no mundo, o atual favoritismo do Labour, no Reino Unido, para novas eleições diante da crise do governo de Theresa May do Partido Conservador (que tenta fazer um Brexit branco mantendo o livre comércio), demonstra que é uma firme posição dos partidos da classe trabalhadora, contra a retirada de direitos, que pode ser um ponto de apoio para os trabalhadores e trabalhadoras derrotarem as alternativas com características fascistas. No México, o significado da eleição de Lopez Obrador se encontra no repúdio do povo a uma situação de extrema violência que vive o país, uma verdadeira guerra que golpeia a juventude e as zonas mais pobres do campo e das cidades. Nos últimos 12 anos foram 240 mil assassinados por quadrilhas e entre as quadrilhas de narcotra-

ficantes. O triunfo de Obrador deve ser saudado, ele tem consequências no continente e talvez no mundo, vai precipitar a luta pelas reivindicações e o enfrentamento popular com a oligarquia e com as medidas do imperialismo.

7. Na Palestina, o movimento da Grande Marcha pelo retorno dos refugiados, estruturado através de comitês populares, afirma semana após semana sua determinação, que é a mesma de todo o povo palestino em luta por sua emancipação nacional. No interior do Estado de apartheid israelense, em Gaza, em vários lugares da Cisjordânia, as mesmas palavras de ordem surgem nas manifestações: nós somos um só povo, temos o mesmo sangue, o mesmo destino e queremos retornar à nossa terra! Como em todo o mundo, na Palestina a mobilização contra a opressão e a política do imperialismo coloca a questão dos obstáculos, levantados particularmente por aqueles que estão ligados à armadilha dos acordos de Oslo. No Brasil a resistência também se manifesta, onde, dois anos após o golpe de Estado pró-imperialista a chapa PT/PCdoB fez 47 milhões de votos contra o candidato que representa a continuidade do golpe contra a classe trabalhadora e as bandeiras libertárias. E isso sendo possível por estar apoiado numa linha de revogar as medidas tomadas pelos golpistas contra os direitos, conquistas e a soberania nacional.

8. Em escala mundial, o que aterroriza os representantes do capital financeiro é essa onda que se levanta em todos os continentes. A Classe Trabalhadora, em todas as partes do mundo, tem se agrupado em suas organizações como instrumento para defender os seus direitos. Milhões de mulheres e homens se engajam na batalha para agrupar-se com suas organizações de classe (sindicatos, partidos e movimentos sociais) para vencer a política destruidora de todas as conquistas políticas e sociais arrancadas depois da Segunda Guerra mundial ou no quadro das independências nacionais.

9. Neste sentido, as organizações sindicais estão chamadas a se apoiar na resistência que existe em toda a parte para fazer recuar a ofensiva destruidora do imperialismo e preparar a contra-ofensiva.

## CONJUNTURA NACIONAL

Organizar a mobilização, a luta pela democracia e direitos, a resistência contra o fascismo e o retrocesso!

1. A eleição presidencial 2018 representa um novo ciclo na política brasileira e na Luta de Classes no Brasil. A vitória do candidato de extrema direita Jair Bolsonaro representa sérias ameaças à democracia e aos direitos conquistados com muita luta pela classe trabalhadora.

2. As eleições transcorreram num contexto de quebra do Estado Democrático de Direito e de ataque à democracia inaugurados com o golpe travestido de impeachment em 2016 e impedimento da participação da principal liderança popular da nação, o ex-presidente Lula, condenado sem provas e preso político, nas eleições.

3. Pesa sobre o pleito sérios indícios de manipulação e fraude, (como o crime de caixa 2, impulsionamento financiado por empresários de notícias falsas via WhapsApp), empresários coagindo trabalhadores e trabalhadoras a votar em Bolsonaro, um atentado mal explicado ao candidato extremista, sem que tivesse havido reação dos poderes instituídos, particularmente o Judiciário (Tribunal Superior Eleitoral e Supremo Tribunal Federal), em mais um ato de cumplicidade com as forças reacionárias cujos interesses em última instância preservam. Tudo isso se deu sob o pano de fundo do “antipetismo” que ataca a todas as organizações de esquerda e movimentos sociais, em particular MST e MTST, assim como movimento negro, mulheres e LGBT.

3. As eleições tiveram um impacto sobre o sistema político tradicional com resultado destruidor sobre partidos tradicionais da classe dominante como o PSDB, MDB, DEM e outros (todos eles operadores do golpe contra a presidente Dilma Rouseff).

4. A candidatura de Bolsonaro surfou nesse vácuo com discurso “antissistema”, quando na verdade, é fruto do velho sistema político, porém pior que isso, faz parte do que mais atrasado, extremista de direita neoliberal e religioso e obscurantista temos no cenário político brasileiro. No 2º turno, o

ex-capitão ganhou o apoio da quase totalidade do empresariado, das lideranças dos partidos de direita, para além de seu núcleo de viúvas da ditadura militar, chefes de igrejas evangélicas, membros das bancadas da bala e ruralista.

3. O Judiciário por sua vez teve um papel de suporte ao golpe (célebre frase do senador não reeleito Jucá: “...com STF, com tudo”), foi garantidor das reformas anti povo de Temer e atuante no afastamento do principal adversário da direita entreguista e da extrema direita representada por Bolsonaro e Mourão nas eleições. Não é menor o fato de o Departamento de Justiça norte-americano estar diretamente envolvido na Operação Lava Jato. Sabemos dos interesses dos americanos no Brasil, particularmente na Petrobras, no pré-sal e agora recentemente na Embraer. Fazemos parte desse Poder de Estado e precisamos discutir o seu papel, qual Judiciário defendemos e qual Judiciário serve à democracia e ao Estado Democrático de Direito.

4. É evidente que a vitória eleitoral de Bolsonaro e Mourão representa uma derrota eleitoral séria para a Classe Trabalhadora. Porém os partidos de esquerda, Centrais Sindicais e movimentos sociais organizados não foram destruídas como força política e como projeto popular e democrático. A chapa adversária de Bolsonaro/Mourão no segundo turno, Fernando Haddad (PT/SP) e Manuela D’Avila (PC do B/RS) teve quarenta e sete milhões de votos, o que significa que quase metade dos eleitores e eleitoras que compareceram às urnas disseram: Ele não!

5. Outro ponto que merece análise diz respeito a parlamentares que votaram contra os interesses da classe trabalhadora não foram reeleitos na maioria dos estados. No RS destaque para a derrota do vice-líder do governo golpista de Temer Darcísio Perondi (MDB) e linha de frente das reformas Trabalhista e previdenciária. A campanha deflagrada pelas Centrais sindicais teve êxito na campanha junto a base eleitoral desses parlamentares e mostrou sua força.

6. Os partidos de esquerda tiveram menos impacto do fenômeno Bolsonaro do que os partidos tradicionais. O PT manteve apesar da conjuntura adversa a maior bancada federal no Brasil e no RS e quatro governadores. O PCdoB reelegeu

parlamentares em locais adversos como Jandira Fhegali no RJ e reelegeu Flávio Dino no MA. O PSOL teve crescimento no país e no RS retomou a vaga na bancada federal com Fernanda Melchiona. O PDT também teve crescimento na Câmara dos Deputados. Porém esse resultado não garante perfil progressista nem na Câmara e pior ainda no Senado. Teremos pela frente um congresso não só conservador, mas com crescimento expressivo da extrema direita.

7. Para a categoria que compõe o quadro do PJU a depender do novo governo eleito, dos grandes empresários e de parte da própria magistratura, a Justiça do Trabalho está com os dias contados. A discussão da não gratuidade decretada pela Reforma Trabalhista, alarmantemente inconstitucional, judicializada no STF é hoje fator entre a vida e morte da Justiça do Trabalho. Tanto os sindicatos de base como a Fenajufe não foram capazes de mobilizar suas bases na defesa ao direito de acesso da Classe Trabalhadora à Justiça do Trabalho. O dado do próprio CNJ de queda de 45% das ações na JT a partir da entrada em vigência da nova legislação nos diz que é preciso agir com urgência. Também já há PL para anexação JT à JF. É importante que a categoria tenha claro que qualquer mudança na estrutura da JT não se dará de forma tranquila ou com aproveitamento de seu quadro que é maior do que o da JF.

8. Na JE foi operado já um desmonte através da extinção de zonas eleitorais e remoção forçada de servidores(as) e segue a diretriz de terceirização de forma contundente.

9. Na Justiça Federal por sua vez, se não tem o futuro imediatamente ameaçado, diversos tribunais vão fechar suas contas de 2018 no vermelho. Em todo país vagas de servidores(as) não são preenchidas e não faltam corredores com as luzes apagadas para economia, reflexos da EC 95.

10. No quadro salarial o cenário não é menos dramático. O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador Dalírio Beber (PSDB-SC), apresentou ao Congresso Nacional o seu parecer e propôs, entre outros pontos, a vedação de reajuste para servidores(as) em 2019. Diz o texto: “Fica vedada a aprovação de projeto de lei e a edição de medida provisória relativos à concessão de

qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras nos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, ainda que com efeitos financeiros posteriores a 2019”. Fica vedado também o reajuste de qualquer benefício mesmo que para apenas repor inflação. Fica evidente que se a EC 95/16 se manter o quadro será de congelamento, arrocho e encolhimento de quadro e precarização do trabalho também para o serviço público.

11. Um cenário praticamente não discutido na categoria também terá impactos importantes tanto no quadro de servidores e servidoras quanto o modo de trabalho no PJU e MPU: a introdução de inteligência artificial no fazer do Poder Judiciário já em andamento. O PJe que sequer foi decidido e avaliado nas consequências na saúde e na organização da categoria dá agora espaço a uma nova e mais radical reestruturação produtiva com a substituição de servidores e servidoras pela inteligência artificial. Soma-se a isso a apontada reforma administrativa, com quebra de estabilidade e redução salarial manifestada pelo governo eleito.

12. No plano da educação e cultura foram anunciadas a intenção de aprovar o projeto Escola sem Partido, a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, voucher para matrícula de estudantes em escolas privadas do ensino fundamental e médio, retorno do ensino de Moral e Cívica nas escolas, fim das cotas nas universidades e no setor público, ampliação do ensino à distância, restrição à aplicação dos recursos do Sistema S à área cultural e reformulação da Lei Rouanet.

13. A saúde pública seriamente atacada já pela EC95 tem ainda que enfrentar propostas de extinção do SUS e o fim do Mais Médicos. Ainda, a PEC 287/17 já trágica para os direitos previdenciários de trabalhadores e trabalhadoras foi chamada de remendo e nova proposta mais cruel apontada para ser apresentada no início de 2019. “Uma reforma que dure 30 anos” nas palavras do futuro Chefe da Casa Civil e caixa 2 confesso Deputado Onix Lorenzoni (DEM/RS).

14. Diante desse cenário está posto o desafio de consolidar a construção de uma ampla frente

de resistência, em defesa da democracia e dos direitos, particularmente os direitos dos/as trabalhadores/as, para enfrentar um governo autoritário que pretende aplicar a sua agenda regressiva de privatizações, destruição da Previdência pública e solidária, ataques aos sindicatos e organizações populares, precarização do trabalho, obscurantismo, tudo a serviço das multinacionais e do grande empresariado local a elas associado e com largo apoio da mídia, da elite brasileira e do Congresso eleito.

13. Cabe a nós nesse Congresso do Sintrajufe dizer de que lado estamos. As oposições unificadas presentes neste IX Congresso Estadual do Sintrajufe e que assinam essa tese dizem sim a tarefa de organizar a resistência contra a política de ataques à democracia e aos direitos, de entrega de nossas riquezas a interesses externos, anunciada pelo presidente eleito. Estamos seguros que estivemos e continuaremos a estar do lado certo da história.

Por isso, apresentamos diretrizes e ações que defendemos como necessárias para colocar a categoria em movimento junto com a Classe Trabalhadora:

1. Fortalecer a unidade das forças populares e democráticas, junto com as Centrais Sindicais, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo e o campo partidário de esquerda e progressista a aglutinarem forças e impulsionarem o processo de mobilização da resistência, com prioridade nas ações de massa.

2. Engajamento e ampliação de iniciativas contra a retirada de direitos, organizando com as Centrais Sindicais, como o Dia Nacional em Defesa da Previdência, que ocorreu em 22 de novembro e o dia 26/11 em Defesa do Ministério do Trabalho.

3. Defesa intransigente dos direitos da categoria, da Justiça do Trabalho e do MTE.

4. Luta contra a terceirização e precarização do trabalho.

5. Apoiar e reforçar a luta liderada pelos professores contra o cerceamento da liberdade de expressão previsto no Projeto de Lei “Escola Sem Partido” que na verdade propõe a “Escola com Mordaça”. Defesa da educação pública e do SUS.

6. Apoiar a Campanha Lula Livre, como luta pelo Estado Democrático de Direito e a defesa da democracia.

7. Fortalecer a comunicação sindical, com maior investimento em tecnologia da comunicação, explorando os recursos disponíveis nas redes sociais com o objetivo de promover formação e interatividade da base, bem como o acesso as informações.

8. Participar e promover a defesa dos movimentos sociais a partir de cooperação, apoio político e disponibilização da assessoria jurídica do Sintrajufe quando necessário.

9. Reforçar a campanha em defesa do serviço público de qualidade e dos servidores e servidoras ameaçados de demissão para serem substituídos por terceirizados, com salários menores e piores condições de trabalho.

## **PLANO DE LUTAS**

1. Seguem as propostas para o IX Congresso do Sintrajufe

### **2. LUTAS GERAIS**

3. Revogação da EC 95/16 que congela os investimentos públicos! Contra o desmonte do serviço público e as privatizações!

4. Em defesa da Justiça do Trabalho! Pela revogação da reforma trabalhista – Lei 13.467 - e pela revogação da terceirização ilimitada – Lei 13.429.

5. Em defesa da democracia e dos direitos! Em defesa da liberdade de Lula! Lula Livre!

6. Pela reforma e democratização do Poder Judiciário e do Ministério Público, incluindo a participação de servidores nos Conselhos.

7. Não à reforma da previdência. Articular e manter a unidade com as Centrais sindicais para barrar a tramitação das propostas que pretendem acabar com o direito à aposentadoria e privatizar a previdência.

8. Pela retirada imediata do PLS 116! Em defesa da estabilidade do servidor público! Em defesa do direito de greve!

9. Pelo fortalecimento de campanhas e projetos de enfrentamento à violência contra a mulher! Pela garantia da proteção à Criança e ao Adolescente e contra a redução da maioridade penal!

10. Pelo fim de toda forma de preconceito (gênero, raça e cor, orientação sexual, credo, idade e deficiência)! Pela adoção da política de cotas étnicas para ingresso no serviço público! Pelo respeito à laicidade do Estado e a consequente separação entre estado e religião!

11. Em defesa da soberania e autodeterminação dos povos! Contra as sanções econômicas e ameaças de intervenção militar do governo americano na Venezuela ou em qualquer outro país!

## 12. PAUTA ESPECÍFICA

13. Por uma política salarial que recomponha os salários anualmente e garanta ganhos reais! Garantia de pagamento da última parcela da lei 13.317, conquistada em 2016.

14. Não às carreiras exclusivas para os tribunais superiores!

15. Defesa da recomposição do quadro de servidores, com o provimento imediato das vagas oriundas de aposentadorias! Não à extinção de estruturas, como aconteceu recentemente com cartórios eleitorais, e/ou desestruturação de áreas administrativas da JF e JT de alguns estados, medidas que prejudicam o funcionamento qualificado dos órgãos do PJU!

16. Não às mudanças que retiram direitos, funções e desqualificam o funcionamento dos órgãos, como a criação de supersecretarias em debate em setores da Justiça Federal e de outras justiças. Qualquer alteração de estrutura nos órgãos deve passar, obrigatoriamente, por estudo com a participação dos servidores e sindicatos, incluindo a realização de audiências públicas.

17. Defesa da jornada para 6 horas diárias e 30 horas semanais, sem redução salarial! Dimi-

nuição da intensificação do trabalho por meio da diminuição da carga e da jornada de trabalho e da instituição de pausas no trabalho, como estabelecido na NR17!

18. Garantia de pagamento dos 13,23% para todos os servidores do PJU e do MPU!

19. Pela manutenção do pagamento dos quintos!

20. Combate às metas abusivas! Contra qualquer política de gratificação de desempenho!

21. Paridade entre ativos e aposentados!

22. Pela regulamentação da aposentadoria especial dos servidores com deficiência e daqueles que executam atividades insalubres, perigosas ou de risco, como as relacionadas às áreas de execução de mandados, segurança judiciária, áreas médicas e odontológicas, entre outras.

23. Pelo direito à aposentadoria a todos os servidores, com a crítica firme ao regime de previdência complementar, mas, em paralelo, a fiscalização permanente e firme do fundo para garantir, em especial, os direitos dos novos servidores, incluindo a possibilidade de contratação de assessoria neste tema para que a categoria se aproprie deste assunto e esteja preparada para enfrentar todos os debates relacionados ao regime previdenciário.

24. Garantia da GAS na aposentadoria.

25. Contra o auxílio-moradia à magistratura e o projeto de privilégios em debate da nova Loman.

26. Defesa da unificação dos auxílios-alimentação, pré-escolar e de assistência médica, com recomposição inflacionária!

27. Pelo fortalecimento dos planos de saúde de gestão própria! Pela participação paritária dos servidores nos conselhos dos planos de saúde! Defesa do pagamento integral dos planos de saúde pelos tribunais!

28. Combate e vedação de todas as formas de

terceirização no PJU. Pela ocupação exclusiva para servidores do quadro efetivo do PJU em funções comissionadas e cargos em comissão. Reformulação da política de provimento dos cargos em comissão (CJs) e das funções comissionadas (FCs), tanto em relação à atual estrutura e contingente, quanto à formulação de critérios objetivos de acesso e dispensa do seu exercício.

29. Pela constituição do Fórum Nacional de Combate ao Assédio Moral! Pela realização de campanhas contra assédio moral e sexual em todo Judiciário. Cobrar que as administrações dos tri-

bunais assumam o firme compromisso de combate ao assédio moral no trabalho.

30. Pela garantia de acessibilidade plena às pessoas com deficiência nos prédios dos órgãos do Judiciário e MPU, nos sistemas de trabalho e nos canais de consulta pública!

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe (integrado por militantes do Coletivo Viva Voz/CUT, CTB e independentes)

# **EMENDA 95/2016 E LUTA POR VALORIZAÇÃO**

## **A valorização do serviço público impõe a derrubada da emenda constitucional nº 95/2016**

Coletivo LutaSintrajufe

A Emenda Constitucional nº 95/2016 instituiu o Novo Regime Fiscal no Brasil e congelou, em termos reais, os gastos públicos primários por vinte anos. Ao lado da reforma trabalhista e da terceirização irrestrita, formou a “grande agenda” do governo Michel Temer (MDB) de sucateamento do serviço público e retirada de direitos trabalhistas.

Mesmo enfrentando importantes mobilizações em Brasília e nos estados, a proposta de Temer de congelamento real dos gastos sociais por vinte anos foi aprovada a “toque de caixa” pelo Congresso nacional no fim de 2016. Essa medida visa à redução do Estado brasileiro, com congelamento real (há apenas correção pela inflação do exercício anterior) de gastos primários, como saúde, educação, segurança e previdência. Ao mesmo tempo, os gastos financeiros, com o serviço da dívida pública, seguem ilimitados e tendem a crescer. Essa medida ultraneoliberal pressiona para uma nova reforma da previdência social, com sua consequente privatização. Ao mesmo tempo, cria uma tensão ainda maior para a venda de patrimônio brasileiro, como nossas águas, biodiversidade e nossas estatais (como Embraer, Eletrobrás, Petrobras) e também força o sucateamento dos serviços públicos e desvalorização dos servidores.

Os efeitos nefastos sobre o serviço público estão sendo sentidos menos de dois anos após a aprovação desse congelamento de gastos. No Judiciário, a falta de servidores é cada vez maior. Há poucas nomeações para cargos vagos. Para os servidores da ativa, a sobrecarga de trabalho cresce exponencialmente. O assédio moral passa a se tornar um instrumento de gestão no Judiciário, elevando o índice de adoecimento dos servidores e podendo levar até ao suicídio.

### **VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO EM MEIO AO CONGELAMENTO DE GASTOS**

Nesse contexto de congelamento de gastos, a luta pela valorização dos servidores do Poder Judiciário da União fica cada vez mais difícil. A saída pode ser encontrada se olharmos para o nosso próprio passado de lutas. Nossa história mostra que não existe conquista sem mobilizações e greves. Um exemplo de luta vitoriosa foi a conquista de reposição parcial das perdas salariais em 2016.

As mobilizações dos servidores do Judiciário, inclusive a maior greve da história da categoria em 2015, foram fundamentais para a aprovação da lei 13.317/2016, que, longe de ser o projeto ideal, tem recomposto parte das perdas salariais acumuladas pelos servidores do Judiciário. Apesar de amargarmos a manutenção do injusto veto 26/2015 da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) a um projeto de lei de reposição salarial para os servidores, por conta de um Congresso nacional vendido e também pela falta de unidade na própria categoria, nossas mobilizações foram essenciais para que os servidores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (MPU) tivessem aprovados os seus projetos de lei de reajuste antes de outras categorias que haviam fechado acordos com o governo com antecedência.

Em janeiro de 2019 receberemos a última parcela desse reajuste. A Fenajufe, o Sintrajufe/RS e outros sindicatos vêm pressionando o Supremo Tribunal Federal (STF) para a abertura de uma mesa de negociação para se discutir uma solução salarial para os servidores para além de janeiro do próximo ano. A gestão da ministra Cármen Lúcia à frente do STF fechou as portas para qualquer negociação com os servidores que implicasse elevação de despesas. Somente depois de muita pressão é que houve reajustes no auxílio-alimentação e as-

sistência pré-escolar, em junho deste ano. Com o congelamento de gastos, reajustes nos benefícios ficam cada vez mais difíceis.

Já na cerimônia de posse do ministro Dias Tofolli como presidente do supremo, entidades representativas dos servidores federais promoveram ato público para denunciar a contradição do Supremo que, de um lado, fecha as portas para a negociação de uma solução salarial com os servidores, utilizando como pretexto o congelamento de gastos. Por outro, inclui no orçamento um aumento de mais de 16% apenas para a casta do Judiciário: os ministros do STF, com efeito cascata sobre toda a magistratura. Ou seja, para o STF, falta dinheiro para nomear servidores, reajustar salários e benefícios dos servidores, mas sobra dinheiro para aumentar os salários dos magistrados. Dois pesos e duas medidas.

### **DATA-BASE: PARA UMA EFETIVA POLÍTICA SALARIAL PARA OS SERVIDORES**

Ao mesmo tempo, o STF se nega a concluir o julgamento do Recurso Extraordinário nº 565089, que trata da indenização por falta de revisão anual em vencimentos dos servidores públicos. Com repercussão geral, o recurso extraordinário discute, à luz do artigo 37 da Constituição, o direito à indenização por danos patrimoniais sofridos em decorrência da omissão do Poder Executivo pelo não encaminhamento de projeto de lei destinado a viabilizar reajuste geral e anual dos vencimentos de servidores públicos.

A efetivação da data-base e revisão geral anual dos vencimentos são fundamentais para uma efetiva política salarial para os servidores públicos federais. Não se trata da criação de um direito, mas a efetivação de um direito já previsto em leis e na Constituição. O desrespeito de sucessivos governos a esse direito traz angústia e imprevisibilidade para os servidores públicos, que têm seu poder de compra corroído pela inflação ano após ano.

Com o objetivo de dar efetividade ao direito dos servidores de revisão geral anual dos vencimentos, tramita no Senado o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 228, que tipifica como crime de responsabilidade dos chefes dos poderes executi-

vos federal, estaduais e municipais a omissão no envio ao Legislativo da revisão geral anual devida aos servidores. Atualmente a proposta encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) e tem parecer do relator favorável à aprovação. Sua aprovação é fundamental para que o direito dos servidores à data-base seja respeitado.

Outra pauta importante para os servidores públicos federais é a negociação coletiva. O Congresso nacional aprovou em 2018 o Projeto de Lei nº 3.831/2015, que estabelecia normas para a negociação coletiva no serviço público da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Alegando inconstitucionalidade, Michel Temer vetou integralmente o projeto. Posteriormente, o veto foi mantido pelo Congresso nacional.

### **VALORIZAÇÃO TAMBÉM PASSA PELA MANUTENÇÃO DE DIREITOS**

A luta por valorização das carreiras também passa pela manutenção de direitos, inclusive previdenciários. As campanhas e mobilizações dos trabalhadores, inclusive com uma das maiores greves gerais da história do Brasil, conseguiram barrar a reforma da previdência de Michel Temer (MDB), a Proposta de Emenda à Constituição 287/2016, que ficou parada no plenário da Câmara dos Deputados porque o governo não conseguiu garantir os votos necessários para a sua aprovação. Mesmo gastando milhões de reais em campanhas mentirosas na grande mídia e distribuindo malas de dinheiro a congressistas, Temer foi derrotado pela luta dos trabalhadores. Mais uma prova de que a solução para a valorização dos servidores passa, necessariamente, pela sua organização e capacidade de mobilização. Outro ataque de Temer que não se concretizou foi a tentativa da elevação da alíquota previdenciária dos servidores dos três poderes para 14% sobre a remuneração que excedesse o teto do RGPS, inclusive dos aposentados.

No próximo período, os trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada terão de enfrentar a reforma da previdência do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). Ainda não se sabe quais os termos dessa reforma, mas não há expectativa de que seja mais suave do que a reforma de Temer, que estabelece idade mínima para aposentadoria, prejudicando os brasileiros mais pobres, e

não cria regra de transição séria para os servidores que estão próximos da aposentadoria.

A estabilidade dos servidores públicos também está ameaçada. Tramita no Senado o Projeto de Lei do Senado nº 116/2017, que prevê a demissão de servidores estáveis por “insuficiência de desempenho”. As avaliações de desempenho são muito subjetivas. A estabilidade existe para que servidores não sejam demitidos sempre que um novo governante é eleito. Ela garante que a máquina do Estado não pare de funcionar e é adotada, em maior ou menor grau, na maioria dos países. Demitir um servidor com base em uma avaliação de desempenho subjetiva abre ainda mais espaço para a perseguição aos servidores. Quem perde com isso não são apenas os servidores, mas a própria democracia.

Outro ataque à estabilidade consiste no Projeto de Lei Complementar nº 248/1998, que disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável e que está em fase final de tramitação, podendo a qualquer momento ser desengavetado e aprovado. Recentemente, dezenove governadores eleitos pediram ao presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) a “flexibilização” dos critérios que regem a estabilidade dos servidores públicos. O objetivo seria uma

mudança na legislação para permitir a demissão de servidores para auxiliar no cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ou seja, a estabilidade dos servidores nunca foi tão atacada.

### **VALORIZAÇÃO PASSA PELA DERRUBADA DA EC 95**

Não tem como se falar de nomeação e valorização de servidores sem tratar do congelamento de gastos. As nomeações de novos servidores, os Planos de Cargos e Salários (PCS), a luta pela data-base e revisão geral anual dos vencimentos, o reajuste dos benefícios como auxílio-alimentação, assistência pré-escolar ou auxílio-saúde, a manutenção dos direitos previdenciários, o direito à negociação coletiva, tudo isso está condicionado pelo congelamento de gastos imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016.

Por isso, o Sintrajufe/RS deve buscar, em conjunto com outras categorias de trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, o fortalecimento da campanha pela derrubada da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estrangula os serviços públicos e penaliza sobretudo os brasileiros mais pobres, que possuem maior dependência dos serviços

# **ORGANIZAÇÃO SINDICAL**

## **Balanço da direção da Fenajufe: “Para enfrentar Bolsonaro, uma nova Fenajufe é necessária”**

1. O último período foi marcado por duros ataques à classe trabalhadora, com uma ofensiva sem precedentes contra seus direitos. No funcionalismo público, Michel Temer, apesar de toda ilegitimidade, de pífios 3% de popularidade e dos inúmeros escândalos de corrupção, implementou um grande projeto de contrarreforma do Estado e de privatização dos serviços públicos, iniciado a partir do congelamento de gastos públicos por vinte anos, previsto na EC 95/16. A contrarreforma trabalhista foi o ápice da política de destruição de direitos, um retrocesso de décadas. O Poder Judiciário não fica imune a essa ofensiva. O desmonte se expressa das mais diferentes formas: ataques à Justiça do Trabalho, cortes orçamentários, avanço da terceirização, extinção de zonas eleitorais, ameaça de retirada dos quintos, reestruturações com precarização das condições de trabalho.

2. Apesar dessa conjuntura, a Fenajufe, entidade que tem a obrigação de organizar a resistência da categoria em nível nacional, esteve a maior parte do tempo paralisada. A construção da mobilização e de iniciativas de valorização e preservação de direitos dos trabalhadores do PJU ficou em segundo plano ao longo da gestão que caminha para seu encerramento. A luta em unidade com as demais categorias e movimentos sociais contra os ataques a direitos ocorreu absolutamente à margem da entidade, organizada pelos sindicatos de base combativos em alguns estados, sem liderança da Federação. As disputas burocráticas de espaço foram, infelizmente, o centro de atuação da atual gestão.

3. Concorreu decisivamente para esse balanço negativo o ingresso, na direção da entidade, de setores nitidamente anti-sindicais e, inclusive, compostos por dirigentes que chegaram a furar aquela que foi a maior greve da história da cate-

goria, realizada em 2015 (coletivos “Liberta Fenajufe” e “Fenajufe Sem Correntes”). É trágico, mas forçoso salientar que, dentre esses colegas, houve aqueles que defenderam abertamente a candidatura Bolsonaro nas últimas eleições, candidatura profascista que atacou mulheres, indígenas, negros(as) e LGBTs, defendeu abertamente a retirada de vários direitos e ameaçou inclusive os sindicatos que a Federação tem como dever representar. No DF, a eleição do governador, candidato de Bolsonaro, contou com forte apoio de alguns desses agrupamentos. Lamentável, ainda, que os setores CUTistas (entendidos por nós como necessários no enfrentamento a Temer e, mais ainda, ao governo Bolsonaro), tenham em boa parte da gestão, tolerado e até mesmo se aliado a tais coletivos em nome da disputa com o Luta Fenajufe. Se, por um lado, o avanço de Bolsonaro e sua eleição rompeu essa “aliança”, por outro lado, não há como ignorar determinados acontecimentos ao fazer o balanço da atuação da Fenajufe.

4. Não obstante o desafio prioritário de construir a resistência contra a retirada de direitos e precarização das condições de trabalho, não foram poucas as reuniões de direção, plenárias ou ampliadas em que essa unidade priorizou iniciativas de ataque aos demais grupos políticos organizados na categoria. Como exemplo, tivemos as diversas tentativas de impedir o rodízio democrático entre dirigentes titulares e suplentes dos demais coletivos. Mais grave, no entanto, foi o lamentável episódio de afastamento sumário de um dos dirigentes eleitos da Fenajufe, proposta aprovada por CUT, Liberta Fenajufe e Fenajufe sem Correntes sem que sequer constasse da pauta de reunião ampliada da Federação, ferindo o estatuto da entidade e atacando a democracia interna. O grave precedente foi consumado apenas em torno das 22 horas (!), quatro horas após o horário previsto para o térmi-

no da reunião, com plenário já esvaziado, quando várias delegações já haviam embarcado para seus estados de origem. A medida foi anulada posteriormente por decisão judicial, reconhecendo a irregularidade e ilegalidade do encaminhamento.

5. Os reflexos da política divisionista não se limita, infelizmente, à disputa de espaço com os demais coletivos que compõem a diretoria: assistimos a uma onda crescente de tentativas de criação de sindicatos por cargos e segmentos, como oficiais de justiça e analistas judiciários. Não há dúvida do prejuízo que o divisionismo pode trazer à categoria em médio e longo prazo, e a resposta a esse problema só pode nascer do diálogo e da produção de política voltada à construção da unificação das demandas em torno de uma luta comum: em lugar disso, contudo, lideranças dos dos coletivos “Liberta Fenajufe” e “Fenajufe Sem Correntes” dedicaram-se a atacar determinados segmentos e, paradoxalmente, apostar na convocação de diversas atividades específicas dos cargos que compõem a carreira dos servidores do PJU e MPU, dificultando ainda mais a organização unitária da luta da categoria.

6. É lamentável que no período de maior dificuldade em vários anos, nossa entidade nacional tenha se mostrado incapaz de dirigir a luta dos trabalhadores do PJU e MPU em todo país. No momento de maior necessidade de unidade e mobilização, foram o sectarismo, a fragmentação e o imobilismo que conduziram a atuação da Fenajufe.

7. O futuro nos reserva dias piores. A eleição de Bolsonaro e a aplicação de um programa de governo de fortes restrições democráticas e um ajus-

te econômico jamais visto até então serão o maior desafio da história da Fenajufe e nossas entidades de base. A direita anti-sindical será um adversário presente em nossas entidades, aumentando o grau de dificuldade para construção da luta. O enfraquecimento da Federação nitidamente é um dos seus objetivos, como já mostrado no último período, postura que deve se aprofundar. A proposta de majoritariedade na direção da Federação, ignorando á havendo propostas de desfiliação aprovadas em sindicatos, como o Sindjus/DF.

8. A unidade dos coletivos e sindicatos combativos é uma necessidade para fortalecer a Fenajufe e nossos sindicatos de base. A péssima experiência da atual gestão da Federação e as consequências nocivas para organização da categoria devem servir de lição e aprendizado. As divergências existem e seguirão existindo, mas necessariamente precisarão ser postas de lado e, nossa luta, tratada como prioridade. A construção da frente de sindicatos “Fenajufe pela Base”, impulsionada pelo Sintrajufe/RS e outras entidades, foi um avanço importante para organizar iniciativas de defesa da categoria, mas ainda insuficiente para o enfrentamento ao governo profascista de Bolsonaro. É necessário que todos os setores progressistas e as diferentes centrais sindicais presentes na direção da Federação – CUT, CTB e CSP Conlutas – atuem em permanente unidade, respeitando as diferenças, mas colocando nossas pautas comuns acima delas. Juntos e ao lado do conjunto dos movimento sociais e demais categorias da classe trabalhadora, podemos vencer.

COLETIVO LUTA SINTRAJUFÉ

# O Sintrajufe ainda mais forte: unir forças entre Judiciário e MPU para vencer os ataques e retomar as conquistas

Coletivo Luta Sintrajufe

Frente a uma profunda crise e ataques sem precedentes aos trabalhadores, o movimento sindical passa, paradoxalmente, por um período marcado por fragmentação: divisionismo entre os diferentes grupos organizados, criação de sindicatos por segmentos, isolamento em relação às pautas gerais do funcionalismo, da classe trabalhadora e dos demais movimentos sindicais têm sido frequentes no movimento sindical. Entendemos que essa é uma saída errada, que só trará novos problemas ao conjunto dos trabalhadores e que não produzirá qualquer avanço, mesmo às pautas mais corporativas. Mais que isso, é importante responder de maneira oposta aos ataques a direitos, às administrações e governos: com união, somando esforços e ampliando a musculatura das lutas é o caminho que a história ensina ser o mais eficaz para derrotar os ataques e produzir conquistas. Nessa esteira, o período é de aproximação das “categorias irmãs” do Judiciário Federal e do MPU no RS, o que leva à grande possibilidade de levarmos as lutas de ambas as categorias – muitas vezes similares ou até mesmo iguais – para serem organizadas na mesma entidade, o Sintrajufe/RS.

A unificação sempre foi uma bandeira dos servidores do Judiciário Federal, aprovada em inúmeras instâncias estaduais e nacionais da categoria. Foi, também, um compromisso de campanha do Coletivo Luta Sintrajufe nas últimas eleições de nossa entidade, essa aproximação com os colegas do MPU. A similaridade de demandas levou à concretização desse processo em alguns estados do Brasil e, inclusive, à abrangência tanto dos trabalhadores do Judiciário quanto do MPU na Fenajufe, nossa Federação nacional – que conta, inclusive, com servidores do MPU como dirigentes, e que tem participado de negociações de pautas nacionais junto à PGR. No último período, especialmente a partir de 2017, o diálogo entre as representações sindicais do Sintrajufe/RS e da Seção Sindical do

Sindmpu no Rio Grande do Sul avançou. Esse processo de aproximação, calcado na convicção dos então representantes sindicais do MPU no estado de que o melhor caminho para aquela categoria é unir forças com os trabalhadores do Judiciário Federal, culminou na renúncia desses companheiros à gestão da Seção Sindical, no intuito de defender a migração da categoria ao Sintrajufe/RS. Foi uma iniciativa que demonstrou coragem e despreendimento, pois são colegas que abriram mão do mandato sindical por um objetivo maior de sua categoria, mantendo a integridade ao saírem da direção seccional para somente após fazerem a defesa da adesão do MPU ao Sintrajufe/RS.

Em carta aberta divulgada aos colegas do MPU, além da vontade de contar com um sindicato com maior estrutura no estado e que proporcionasse uma atuação mais próxima dos servidores, críticas à falta de democracia por parte da direção nacional do Sindmpu, que se escuda em práticas burocráticas e distantes do princípio da democracia de base, como as frequentes disputas judiciais e manobras que impedem uma maior atuação das direções seccionais, passando até mesmo pelo fato de que a maior fatia das contribuições sindicais dos colegas do MPU fica retida pela direção nacional, o que impede uma atuação mais independente das seccionais nos estados. São práticas prejudiciais ao desenvolvimento da organização sindical pela base, praticamente o inverso da tradição mantida no Sintrajufe/RS.

Desde a atitude tomada pelos companheiros da direção local do MPU no RS, várias iniciativas conjuntas vêm aproximando o Sintrajufe dos colegas do Ministério Público: a abertura de vagas para participação de colegas do MPU em eventos como o Seminário de Combate ao Assédio Moral, realizado pelo Sintrajufe em conjunto com o TRT4 e a palestra sobre o Funpresp, realizada no TRF4; o Seminário de Organização Sindical realizado em agosto, com pauta voltada à questão da unificação

das bases no Sintrajufe; a carta aberta distribuída nos locais de trabalho, onde a direção do sindicato defende a unificação; o abaixo-assinado produzido pelos colegas do MPU, que alcançou nos setores em que transitou número de assinaturas equivalente ou até mesmo superior ao de filiados do Sindmpu nos mesmos locais, onde cobram a efetivação da unificação entre as categorias, para que o MPU possa participar e, inclusive, auxiliar na direção do Sintrajufe; e, finalmente, a assembleia geral de 14 de novembro, onde, convocados a deliberar, os trabalhadores do Ministério Público da União no Rio Grande do Sul aprovaram por maioria o desmembramento de sua seccional e o ingresso no Sintrajufe, decisão essa que ainda pende da alteração estatutária que está em andamento neste momento. Todas essas iniciativas de aproximação fecham um processo onde foi visível o gradual e crescente apoio, participação e interesse dos servidores do Ministério Público nas atividades e na atuação sindical, o que por si só já demonstra o acerto da ponte criada entre as duas categorias, assim como foram acertos as unificações entre as justiças Federal e do Trabalho, em 1998, e finalmente com a Justiça Eleitoral, em 2004, que tornaram nosso sindicato um dos maiores e mais importantes da Fenajufe e do movimento sindical no RS.

Confirmando o ímpeto antidemocrático denunciado pelos companheiros que renunciaram à direção da seccional, o Sindmpu interpôs ações judiciais que visavam impedir tanto essa aproximação com a base do MPU quanto a própria realização da assembleia dos colegas, atitude absurda que buscava calar a voz dos servidores. Felizmente, a tentativa de puxar o tapete da base não prosperou e a democracia venceu. Sabemos que há uma minoria de colegas que defendem a manutenção da filiação dos servidores do MPU ao seu sindicato de origem, característica que também esteve presente nos processos de unificação de 1998 e 2004, e que acreditamos serem facilmente superáveis a partir da experiência desses colegas em participar de um sindicato como o nosso Sintrajufe, com mais democracia, mais luta e mais força para as lutas que precisaremos enfrentar.

Para finalizar e efetivar todo esse processo, é necessário, portanto, que aprovemos a alteração em nosso estatuto para permitir a filiação de servidores do MPU ao Sintrajufe/RS. Esse passo é o mais importante, o último a depender da participação da base da categoria, para que possamos dar as boas vindas a esses colegas e a um Sintrajufe ainda mais fortalecido e atuante. Defendemos ser necessário, logo após esse processo, a eleição de uma direção provisória dos colegas do MPU no Sintrajufe/RS, de modo a garantir a esses colegas a mais ampla participação em nosso sindicato, tanto na base quanto na direção, o que se consolidará a partir da eleição de junho de 2019. Sabemos que o Sindmpu lançará mão de toda sorte de artifícios para tentar impedir a concretização da vontade da base, por isso será necessário nos prepararmos para a disputa que virá e que dificilmente será solucionada no curto prazo, mas que, confiamos, será encerrada coroando esse processo de unidade entre categorias irmãs que, diante da conjuntura, vem a calhar e se demonstra um exemplo a ser seguido no resto do país.

Propomos:

- Todo apoio ao processo de unificação, com o ingresso dos servidores do MPU na base de filiados do Sintrajufe/RS;
- A ratificação, pelos delegados ao IX Congresso Estadual do Sintrajufe/RS, das deliberações nas assembleias gerais de 18/10/2018 e de 14/11/2018, bem como do processo de alteração estatutária em curso para recepção dos servidores do MPU na base do sindicato;
- A imediata filiação dos servidores do MPU ao Sintrajufe/RS após a alteração estatutária, com eleição de direção provisória e garantia de todos os direitos e deveres sindicais já conferidos aos servidores do Judiciário Federal pelo Estatuto;
- Lutar pela carta sindical dos colegas do MPU nas instâncias administrativas e judiciais cabíveis;
- Que a Fenajufe promova o incentivo à unificação entre PJU e MPU nos demais estados ainda não unificados, para bem fortalecer a atuação nacional de ambas as categorias.

# Tese organização sindical

1. No último Congresso do Sintrajufe a categoria decidiu pela desfiliação da CUT. Faz-se necessário avaliar essa decisão a partir da atuação da categoria nesses três anos de desfiliação.

2. A discussão sobre filiação ou desfiliação se deu num contexto de cerceamento do debate democrático e numa lógica de negação e não debate sobre o papel de uma Central Sindical, a importância de nossa categoria estar filiada a uma Central e o debate franco sobre qual Central Sindical que a categoria entende como a que melhor lhe representaria.

3. A lógica era de criminalização da CUT e dos cutistas nos moldes do discurso fascista que hoje se vê espalhado na sociedade brasileira em relação a posições e pessoas de esquerda e defesas libertárias.

4. Nesse período de desfiliação não houve por parte da direção do Sintrajufe nenhum movimento de buscar filiação a uma Central, mas esse debate é necessário, principalmente no momento em que as forças de extrema direita assumem o comando do executivo e prometem “acabar com todo ativismo”, “fechar sindicatos” e criminalizar os movimentos sociais.

5. Nossa desfiliação não serviu para melhorar nossa combatividade como apregoado pelos defensores; nesses três anos ficamos mais isolados, com menos representatividade, caíram as sindicalizações e o Sintrajufe diminuiu sua referência no movimento sindical ao ponto de organizar um melancólico ato de 1º de maio no dia 30 de abril com menos de 50 pessoas.

6. Nesse período, a tão propalada poupança de gastos também não se concretizou. O Sintrajufe em 2017 fechou o ano com um déficit de R\$ 115.298,33 no período, já descontando o efeito da depreciação no resultado. Ou seja, o sindicato gastou mais do que arrecadou.

7. É preciso repensar a questão da representatividade sindical, a importância de estar conectado com os demais trabalhadores e trabalhadoras

do setor público, mas também do setor privado e do campo, pois são estes os cidadãos e cidadãs que acessam nossos locais de trabalho, o Poder Judiciário, todos os dias.

8. É preciso ter a dimensão do desafio que temos pela frente com o governo de extrema direita de Bolsonaro/Mourão para lutar e proteger nossa categoria dos ataques que virão.

9. É tempo de construirmos unidade e uma grande frente democrática para enfrentar o retrocesso político, social e civilizatório a partir de 1º de janeiro. Unidade com a Classe Trabalhadora do Brasil, do continente e do resto do mundo. Para isso o debate sobre a filiação a uma Central é imprescindível.

10. Também precisamos discutir e buscar a unidade entre PJU e MPU. Nesse sentido é salutar que busquemos diálogo e, se possível e decidido pela categoria, a unidade com o MPU não só no estado, mas a nível nacional. Porém, esse processo só será construtor de unidade de fato se for feito de forma democrática, trabalhando, discutindo e ouvindo a base do MPU. É preciso que a base de forma efetiva diga que quer ser representada de forma unitária com a base do PJU no estado. Atropelar esse processo servirá somente para disputa de espaço e política rebaixada sem produzir a unidade e o fortalecimento da categoria.

11. Da mesma forma, também precisamos trabalhar a unidade e democracia interna da nossa organização sindical.

12. Em 2018 tivemos exemplos de autoritarismo e desrespeito com a base que não devem se repetir, ainda mais num momento de conjuntura tão grave como a que estamos vivenciando. É exigido de uma direção sindical respeito à pluralidade de pensamento e ação política na luta sindical, garantida o direito a voz e voto nas instâncias deliberativas da categoria, com garantia de encaminhamento de todas as possibilidades de recursos previstas no nosso estatuto e nas práticas de condução de mesa,

Assim propomos:

1. Retomar o debate sobre a vinculação do Sintrajufe a Entidades de Grau Superior, conforme estabelece o art. 56 do Estatuto: Art. 56: Tendo em vista a comunhão de interesses e o fortalecimento organizacional da classe trabalhadora, a entidade poderá vincular-se a entidades sindicais nacionais e internacionais com a respectiva forma de contribuição financeira (...).

2. Elaboração, até abril de 2019, de uma proposta de cartilha sobre a Condução de mesas em assembleias e plenárias da categoria a ser discutida, alterada e deliberada na primeira assembleia geral, após este prazo.

3. Compromisso da direção sindical de que

todos os recursos as suas decisões serão encaminhados à assembleia geral, conforme está expressamente previsto no art. 18, parágrafo III do Estatuto do Sintrajufe/RS, com direito à apresentação e posterior defesa para quem elaborou o recurso, cabendo ao plenário a decisão soberana.

4. Que o processo de abertura de nosso estatuto para filiação ao Sintrajufe de colegas da base do MPU/RS (que não se confunde com unificação feita pelos ramos da JT, JF e JE) seja feito de forma dialogada e democrática, garantindo o direito e respeito às posições contrárias e a livre organização daquela base.

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe (integrado por militantes do Coletivo Viva Voz/CUT, CTB e independentes)

## **SAÚDE**

# **Nossa saúde não está à venda: lutar contra o desmonte do serviço público e o modelo de gestão por metas para garantir o bem-estar da categoria e um serviço público livre de assédio**

Coletivo Luta Sintrajufe

O IX Congresso Estadual dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS ocorre em um momento ímpar da conjuntura política nacional para os trabalhadores, após a torrente de ataques a direitos aprofundada por Temer que transformou em definitivo, para pior, as relações de trabalho no Brasil, e antes da posse de Bolsonaro, eleito à Presidência da República, no que promete ser uma elevação à máxima potência dessa mesma linha de desmonte das estruturas protetivas dos trabalhadores. A Reforma Trabalhista de 2017 representou o recrudescimento de uma ideologia de gestão do trabalho eminentemente calcada no gerencialismo produtivista, onde vários direitos antes tidos como imutáveis – como o próprio direito de ação por parte do trabalhador em relação ao patrão –, foram relativizados ou extintos. Os efeitos sobre o serviço público dessa onda de ataques precarizantes aos trabalhadores, onde se inclui principalmente a EC 95 do ‘teto de gastos’, ainda não são definitivos, posto que permanece vigente no governo eleito de Bolsonaro o mesmo discurso de “ataque a privilégios” que justifica a retirada de direitos dos servidores; mas já são gravemente sentidos, posto que a precarização é visível a olho nu quando visitamos os locais de trabalho, que em regra possuem bom número de mesas de trabalho ociosas, fruto do grande número de aposentadorias ocorridas sob a ameaça de uma nova reforma da Previdência, combinada com a vedação à reposição dessas vacâncias, justificada pelos tribunais com a carência orçamentária provocada pela EC 95. É nesse cenário que temos a árdua tarefa de debater o quadro de saúde e condições de trabalho da categoria

que, não poderia ser diferente, vem piorando ano após ano mas, sobretudo, vem gravemente catalisada pelo novo desmonte em andamento a partir dessas medidas.

Nesse contexto, o Sintrajufe/RS, pioneiro que é na luta em defesa da saúde do trabalhador, realizou, mais recentemente, duas pesquisas de aferição de índices de adoecimento mental e físico, assédio moral, entre outros fatores relevantes ao entendimento do contexto de trabalho da categoria. Na primeira delas, em 2016, pela primeira vez foram utilizados pelo Sintrajufe/RS, em maioria, instrumentos de medição internacionalmente validados, que podem ser comparados com estudos populacionais e, inclusive, alimentar bancos de dados oficiais. Também pela primeira vez houve uma medição quanto ao assédio moral, um dos mais importantes problemas nas relações de trabalho no Judiciário, fruto da implementação da lógica gerencial-produtivista no serviço público. Já na pesquisa de 2016, os dados demonstravam-se alarmantes, com 82,7% de ocorrência de atos típicos de assédio moral nos locais de trabalho (ainda que eventualmente) e cerca de 16,9% de servidores sob situação clara de assédio, sob atos negativos frequentes (diários ou semanais). Outras medições, como TMC (Transtornos Mentais Comuns) com 27,2%, 4,4% de alcoolismo e 3,1% de ideação suicida (onde a prevalência desse grave sintoma no interior foi o dobro em relação à capital) entre os pesquisados. No campo da saúde física, 49,2% dos servidores declararam sentir dores frequentes ou crônicas nos membros superiores, e mais de 90% relataram sintomas de problemas oftalmológicos.

Os cruzamentos entre diferentes dados da Pesquisa 2016 demonstraram a evidente conexão entre a ausência de requisitos essenciais ao contexto de trabalho, como condições de trabalho, organização e relações psicossociais adequadas, e o agravamento desses problemas. Também se confirmou que a ocorrência de assédio moral está associada à multiplicação de ocorrência de alcoolismo, dos TMC e até mesmo da ideação suicida, agregando ainda maior importância ao combate ao assédio moral, mas não apenas dessa conduta, que é considerada pela maioria dos teóricos como a ponta onde estoura a insustentabilidade de relações laborais de pressão por produtividade, que se alastram e se agravam cada vez mais dentro do Judiciário Federal – em especial num contexto de redução de recursos materiais e de quadros de pessoal, mas principalmente do método de gestão em si. Outros cruzamentos ainda apontaram que, onde ocorre o assédio, a ocorrência de pausas/intervalos na jornada é menor, e os problemas de saúde, mais frequentes.

Munido desses dados, em 2017 o Sintrajufe/RS lança uma iniciativa visando transportar, da análise de resultados pelos pesquisadores à realidade do trabalho da categoria, o combate aos principais problemas de saúde da categoria. As “10 medidas contra o adoecimento e o assédio moral” foram apresentadas em forma de requerimento a todas as administrações locais e ao STM em Brasília, como forma de estabelecer o diálogo necessário à construção de melhorias que caminhem no rumo da desconstrução do método gerencial-produtivista, raiz que é dos principais problemas enfrentados pela categoria em matéria de relações/condições/saúde no trabalho, principalmente em relação à imposição das metas de produtividade. A Pesquisa 2016 trouxe, inegavelmente, maior credibilidade junto às administrações, abrindo caminhos para a introdução do debate sobre os problemas evidenciados e sobre as medidas propostas pelo sindicato. Sobretudo no TRT4 houve avanços, onde foi possível construir campanhas e eventos de formação sobre o assédio moral, a aquisição de monitores ultrawide (que, após implementados como única tela para uso do PJ-e, foram muito elogiados pela redução de dores de cabeça, cervical e de sintomas oculares nos servidores que testaram seu uso), a recente implementação da ginástica laboral e até mesmo a criação do comitê institucio-

nal de combate ao assédio moral, que servirá como espaço de debate permanente para essa pauta. Também na JF, TRF4 e TRE-RS houve ampliação das preocupações, sobretudo, com a saúde mental, tendo ocorrido diversos eventos de formação sobre os temas que permeiam essa dimensão das relações. Sem os dados da pesquisa, o discurso dos patrões era de que as demandas sindicais não passavam de corporativismo; após a divulgação dos resultados, podemos dizer que a credibilidade da pauta aumentou sobremaneira junto aos tribunais, o que denota a necessidade de se dar continuidade às aferições.

Em 2018 o Sintrajufe/RS lança nova pesquisa, a fim de dar continuidade e estabelecer comparações entre os dados no período em relação a 2016, bem como visando aprofundar a investigação com a inclusão de dados a respeito de elementos como as metas, a jornada de trabalho e o desempenho das atividades em teletrabalho. No momento de nosso IX Congresso, esse estudo segue em curso, porém alguns resultados já foram aferidos. Dados preliminares da nova pesquisa de saúde do Sintrajufe apontam para um ligeiro aumento nos índices de assédio moral frequente, em todos os ramos pesquisados, chegando a 17,7% contra 16,9% em 2016; os atos negativos sugestivos de assédio, ainda que eventuais, saltaram de 82,7% para 83%. Além disso, 2 anos após ter sido constatado que 27,2% da categoria sofrem com transtornos mentais comuns (percentual já superior ao de populações de mesmo nível socio-econômico da categoria), o índice disparou, atingindo mais de um terço da categoria, com 33,5%. Além disso, constatou-se que os TMC estão presentes em 58,3% dos servidores em situação de assédio moral, quando no restante dos pesquisados o índice é de apenas 15,5% (percentual este mais próximo dos estudos populacionais). A ocorrência de ideação suicida saltou de 3,1% para 4,2%, sendo que é de 9,3% entre os servidores que sofreram assédio, e de 1% entre os que não sofreram. Também ampliou-se o percentual de servidores que dependem da FC para o sustento, de 46,3% em 2016 para 55,1%, sendo que essa parcela dos servidores tem alguns dos mais altos índices de adoecimento e estresse no trabalho.

Nesse período entre 2016 e 2018, em que houve drástica redução orçamentária e da repo-

sição de vacâncias em todo o serviço público, o Judiciário Federal não esteve de fora dessa nova realidade do desmonte da estrutura de atendimento estatal à população – fazendo com que seja inevitável estabelecermos uma conexão entre o agravamento dos problemas de saúde na categoria e a redução da estrutura e de quadros ativos nos locais de trabalho. Em nossa opinião, isso acende um grave sinal de alerta. Sabemos que a solução definitiva para questão reside na resistência política dos trabalhadores pela reversão de medidas como a EC 95 do ‘teto de gastos’ e contra outras propostas de desmonte do setor público; no entanto, é necessário que ocorra, em paralelo, uma pauta de resistência específica que busque tratar também o sintoma, a consequência desse conjunto de medidas precarizantes que, como fica evidente, atinge diretamente a saúde da categoria. Essas conclusões iniciais da Pesquisa 2018 deixam evidente a necessidade de que a saúde da categoria seja pauta permanente e prioritária, posto que em nossa saúde física e mental é que residem as consequências dos estragos proporcionados pela combinação entre arrocho salarial, estrangulamento orçamentário, redução de servidores e constante cobrança vertical de metas de produtividade.

Propomos, portanto, ao IX Congresso Estadual do Sintrajufe/RS uma ofensiva do aparato sindical e do conjunto dos representantes de base por medidas de melhoria nas condições de trabalho e a repressão a medidas gerencialistas que aprofundem esses problemas, como o assédio moral. A criação de comitês de combate aos casos de assédio nos tribunais veio após longos anos de debate, onde a percepção das administrações era muitas vezes impermeável aos argumentos dos servidores. As pesquisas de saúde cumprem com o importante papel de materializar os efeitos das medidas precarizantes e do gerencialismo produtivista no serviço público, em estudos que conferem maior credibilidade à apresentação da pauta pelo sindicato, em especial pela forma como encampadas e, após, divulgadas e premiadas pela comunidade acadêmica, no país e fora dele. É necessário aproveitar o efeito das pesquisas de saúde do sindicato, que tem feito crescer a preocupação das administrações com esses temas. Por conta da omissão dos tribunais em diferentes pontos das 10 medidas, propomos sua ratificação, com os acréscimos que se façam necessários, mas essencialmente propondo que se bus-

que, em paralelo à resistência contra os ataques a direitos e o desmonte do serviço público:

- Implementação nos tribunais de modelo de gestão de processos e pessoas que rompa com a lógica gerencial-produtivista, buscando estabelecer bases para que a prestação jurisdicional seja prestada, essencialmente com qualidade e sem prejuízos à saúde mental e física dos trabalhadores do Judiciário Federal, como forma de substituição à falida gestão por metas de produtividade verticalmente impostas, que produzem assédio moral e adoecimento;

- Implementação de comissões permanentes de vigilância e combate ao assédio moral, com participação de membro indicado pelo Sintrajufe/RS e de profissional da área de saúde preferencialmente vinculado à Universidade pública, em paridade de condições deliberativas na relação com membros indicados pela administração;

- Inclusão de módulos de prevenção e combate ao assédio moral nos programas de capacitação de chefias e gestores, com distribuição da cartilha de combate ao assédio moral do Sintrajufe/RS;

- Garantia da realização de pausas durante o expediente, na razão de 10 minutos a cada 50 trabalhadores;

- Implementação de ginástica laboral, com orientação presencial de profissional habilitado em todos os locais de trabalho;

- Utilização preferencial de tela única, modelo ultrawide com tamanho adequado à necessidade do serviço ou, alternativamente, de telas de mesma marca e modelo em cada computador, a fim de evitar variações de radiação e luminosidade que prejudicam a saúde ocular;

- Realização de exames médicos e psicológicos anuais, com ênfase nos principais problemas de saúde identificados na pesquisa de saúde realizada pelo Sintrajufe/RS;

- Ampliação do atendimento médico à categoria em todos os tribunais, em cumprimento à Resolução 207/2015 do CNJ;

- Repasse periódico ao sindicato de relatórios de execução de programas de acompanhamento médico-ocupacional da categoria;

- Liberação dos servidores durante a jornada de trabalho para participação em atividades relacionadas à saúde do trabalhador;

- Regulamentação da fixação da jornada de trabalho em 6 horas (jornada histórica da categoria).

# Tese Saúde do Trabalhador e Trabalhadora do Judiciário ao IX Congresso do Sintrajufe

1. No Poder Judiciário a política de metas abusivas combinada com a virtualização dos processos de trabalho alterou significativamente a forma como os(as) servidores(as) lidam com a rotina do trabalho. O Judiciário vive hoje os efeitos da Síndrome de Burnout que outras categorias já conhecem muito bem. A mesa de trabalho virtual nunca esvazia e os servidores e as servidoras estão cada vez mais tomados pela sensação de enxugar gelo. A atual política de metas de produtividade do PJU e MPU provoca crises de ansiedade e depressão nos trabalhadores e trabalhadoras do PJU. Toda essa realidade está colocada sem nenhuma política de saúde institucional que reconheça e trate esse problema, que tem sua origem no modelo de gestão.

2. Os dados institucionais sobre a saúde do servidor e da servidora no Poder Judiciário são bastante escassos de uma forma geral, focados na saúde individual, negligenciando fatores específicos dos locais de trabalho e repercussões do modelo de gestão e de pessoas na saúde. A política de atenção à saúde dos servidores no Poder Judiciário é bem recente. Apenas em 2016 o Poder Judiciário começou a dar os primeiros passos na coleta sistemática e nacionalmente articulada de dados sobre a saúde de servidores(as) e magistrados(as), ainda assim, não existe um mapeamento nacional, de caráter público, que apresente o perfil da saúde dos servidores do PJU e MPU, que demonstre como e porque o adoecimento da categoria ocorre.

3. As administrações não apresentam políticas de prevenção da Saúde dos Servidores e Servidoras dos seus quadros e os Comitês Locais de Atenção Integral à Saúde dos Servidores não atuam como agentes formuladores e de pressão para que estas políticas sejam estabelecidas. Na maioria dos casos, os Comitês Locais de Saúde atuam de forma tímida ou protocolar e mesmo a participação dos representantes sindicais não modificam esse perfil. A ausência de um debate transversal sobre os mecanismos de gestão e os impactos sobre a

saúde, dificulta avanços para qualquer política que promova e/ou mantenham condições reais de proteção à saúde do trabalhador do Poder Judiciário Federal. Precisamos disputar de forma consistente essa visão sobre a saúde da nossa categoria.

4. Neste sentido, torna-se absolutamente necessário levantamentos de dados regionais, mas também nacionais sobre a situação de adoecimento da categoria e construir políticas concretas de atenção integral à saúde dos servidores e servidoras, principalmente focada na prevenção, atuando transversalmente na gestão de pessoas para extinguir os componentes do adoecimento (aspectos objetivos e subjetivos).

5. É preciso romper o imobilismo institucional e construir um banco de dados próprio sobre a saúde dos servidores(as), elaborar estudos em parcerias com as universidades e instituições especializadas em Saúde do Trabalhador, construir material técnico e jurídico que comprove a necessidade de mudanças nas políticas de metas e de produtividade aplicada aos servidores.

6. O Sintrajufe foi pioneiro nos levantamentos de condições objetivas e subjetivas da categoria desde 2002, bem como na discussão e formulação sobre o tema em parceria com universidades. Segue agora com duas pesquisas recentes que podem ajudar tanto a construir propostas concretas de políticas de saúde no trabalho para serem apresentadas e disputadas junto aos órgãos do Judiciário no RS quanto contribuir com a instalação e banco de dados do Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Servidores do PJU e MPU da Fenajufe, aprovado na XXII Plenária Nacional da Fenajufe.

7. Para obtenção dos dados de forma nacionalmente articulada está em curso a Pesquisa Nacional de Saúde “Sofrimento e adoecimento no trabalho do Judiciário e Ministério Público da União”, realizada pela Fenajufe em parceria Fenajud, e

executada pela Universidade Federal de Brasília – UNB sob a Coordenação do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho da UNB e o Grupo de Estudos e Práticas em Clínica, Saúde e Trabalho – GEPSAT. A pesquisa nacional levantará dados sobre o grau de adoecimento físico e mental e seunexo causal na base do PJU e MPU e do Judiciário estadual, em todo o Brasil.

8. O objetivo da pesquisa é construir e unificar dados da situação de adoecimento da categoria nacionalmente, caracterizando o avanço das doenças do trabalho, principalmente às vinculadas ao esforço repetitivo e ao sofrimento mental, gerado pela jornada excessiva em ambiente virtual sem pausas e da pressão pelo cumprimento metas abusivas, em geral acompanhadas com situações de assédio moral e/ou abuso de poder.

9. Com o mapeamento será possível cobrar às Administrações a implantação de políticas de prevenção à saúde dos servidores e das servidoras e mudanças no modelo de produtividade aplicado à gestão de pessoas, atuando nos espaços de decisão dessas políticas, nos tribunais, Conselhos e/ou CNJ.

10. Além disso, os dados obtidos contribuirão de forma decisiva para a construção de saídas jurídicas, a partir do somatório de esforços das assessorias jurídicas e da área de saúde do trabalhador(a) do sindicato, para questões como, caracterização e reconhecimento do acidente de trabalho e da aposentadoria por invalidez, quando oriundos das doenças osteomusculares surgidas ou agudizadas pelo esforço repetitivo na jornada de trabalho virtual sem pausas ou das doenças psíquicas que surgem em desdobramento das violências no trabalho e em especial do assédio moral no trabalho.

11. Pesquisa Nacional poderá ser ferramenta potente para as disputas pelo modelo de gestão da saúde de pessoas e da organização do trabalho no PJU e MPU, bem como no enfrentamento à terceirização e esvaziamento do quadro e o Sintrajufe tem papel importante nesse processo.

12. Dessa forma, é preciso que o Sintrajufe além da manutenção e aprimoramento das pesquisas estaduais também se engaje e seja construtor

da política de saúde e combate ao assédio moral e sexual e ao abuso de poder junto à Fenajufe. Até o momento a direção do Sintrajufe sequer divulgou o link da pesquisa nacional ([www.pesquisajudicialrio.net](http://www.pesquisajudicialrio.net)) em sua página e não desenvolveu nenhum esforço para divulgá-la. Sequer indicou representante para compor o grupo nacional de sindicatos da Fenajufe. A pesquisa foi lançada em 22/10 e terá sua finalização em 07/12.

13. Além do levantamento dos dados da saúde dos servidores do PJU e do MPU, torna-se necessário que o Sintrajufe colabore com a construção do Observatório Nacional de Atenção Integral à Saúde do Servidor e da Servidora do Judiciário, oriente dispute a participação de representante sindical nos comitês de saúde, teletrabalho, gestão, etc, dos órgãos e formule proposições e estudos técnicos.

14. Essa representação em Comitês locais se faz necessário para a defesa da categoria e proposição de políticas de proteção à saúde, às condições dignas de trabalho, de proteção aos direitos trabalhistas, como também acessar informações institucionais sobre os temas e as políticas institucionais que estão sendo formuladas para construir junto a categoria o seu posicionamento e organização da luta nas formulações que atacam os trabalhadores

15. Esta é uma etapa importante da luta por condições e relações de trabalho dignas, uma vez que as dificuldades de comprovação do nexocausal nestes casos ainda são imensas em função da ausência de monitoramento institucional e de políticas efetivas de combate ao assédio moral e sexual dentro do Poder Judiciário.

16. A história e construção do Sintrajufe no tema Saúde do Trabalhador e Trabalhadora não condiz com essa Postura da atual da direção que transparece dificuldade de convívio democrático e de compartilhamento com as demais entidades sindicais em todo o Brasil. Essa não é uma luta que se ganhe localmente e nem isoladamente. Precisamos de todos os sindicatos e que a Fenajufe assumaseu papel nacional. E a contribuição do Sintrajufe nesse processo é fundamental.

**PROPOSTAS:**

1. Lutar pela implantação de uma Política Nacional de Prevenção à Saúde dos Servidores do PJU;

2. Construir Formação continuada de dirigentes e colegas interessados na base para a disputa de modelo de gestão do CNJ e desdobrados nos modelos locais, sobretudo capacitando sobre a relação dos modelos de gestão no adoecimento físico e mental, violências no trabalho, em especial assédio moral e sexual e os impactos dos processos eletrônicos, inteligência artificial, teletrabalho na saúde de nossa categoria;

3. Lutar localmente junto aos órgãos do Judiciário no RS por políticas preventivas do adoecimento físico e mental e espaços de discussão e intervenção no modelo de gestão;

4. Lutar pela construção de espaços de discussão, acolhimento de denúncias de assédio moral e abuso de poder nos locais de trabalho e políticas de prevenção as violências no trabalho prevenção como prioridade;

5. Contribuir com a formação e funcionamento do Observatório Nacional de Atenção Integral

à Saúde do Servidores do PJU e MPU na Fenajufe que já foi aprovado na última Plenária da Fenajufe, para tomar de medidas nacionalmente articuladas de construção de políticas de prevenção à Saúde do(a) Trabalhador(a);

6. Divulgar a Pesquisa Nacional de Saúde da Fenajufe, já em curso desde 22/10/18 na página do sindicato e usar todos os meios de divulgação dela para filiados (as) e categoria como um todo;

7. Indicar representante no grupo de sindicatos da Fenajufe que estão trabalhando na divulgação da pesquisa e discutindo seus resultados;

8. Elaborar, discutir e propor pautas e propostas para os Comitês Locais de Atenção Integral à Saúde dos Servidores(as), de Teletrabalho, de Gestão de Pessoas, que visem uma ação integrada de proteção às condições de trabalho e de prevenção à Saúde da categoria;

9. Cobrar a participação da representação sindical como previsto nas resoluções que versam sobre a instalação dos comitês em todos os órgãos.

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe (integrado por militantes do Coletivo Viva Voz/CUT, CTB e independentes)

# **POLÍTICAS PERMANENTES**

## **Racismo, machismo e LGBTfobia no serviço público**

### **RACISMO**

O Brasil, tal qual conhecemos hoje, foi construído a partir da dizimação da população indígena e da introdução do trabalho de pessoas negras escravizadas. Somente após mais de 350 anos, tornou-se o último país a abolir formalmente a escravização de pessoas negras. O que não quer dizer, no entanto, que tenha superado o modelo em que indivíduos racializados são tratados como seres de segunda classe.

É importante observar que, quando fazemos menção a grupos racializados, estamos nos referindo a pessoas não brancas, principalmente negros e indígenas, vez que, partindo de uma perspectiva colonial e de raízes eurocêntricas, o homem branco se impõe (e assim normalmente é lido) como uma figura universal, livre de marcadores sociais.

Embora mais da metade da população brasileira seja negra, 54% de acordo com dados do IBGE, os lugares de prestígio e poder são ocupados majoritariamente por pessoas brancas. O baixo índice de escolaridade, a criminalidade e a pobreza são estereótipos associados a pessoas negras, fazendo com se naturalize uma organização social a partir de padrões que atribuem privilégios a pessoas brancas, ao passo que impõe desvantagens às pessoas negras.

Tomando o serviço público como ponto de partida, em que o ingresso se dá por meio de concurso, atribui-se ao mérito próprio a conquista da tão sonhada vaga. Mas será que apenas o esforço pessoal é suficiente? Não deveríamos todos questionar o fato de que atendemos um público majoritariamente negro e que somos uma categoria majoritariamente branca?

Tomando as instituições judiciárias como exemplo, temos que um percentual não superior a 3% dos postos são ocupados por pessoas negras.

Quando se trata dos cargos da magistratura ou dos cargos de chefia, esse percentual é ainda menor. Ao mesmo tempo, observando os trabalhadores terceirizados, a quem competem as funções menos nobres, a maioria dos postos de trabalho são ocupados por pessoas negras, principalmente mulheres. Mas essa falta de correspondência numérica não costuma ser questionada.

Isso deveria causar desconforto a todos, mas, ao contrário disso, é naturalizado e amplamente atribuído ao mérito da dedicação individual, desconsiderando o fato de que se trata de uma corrida em que a maioria dos participantes larga já em situação desvantagem. E aí temos o racismo reinventando seus mecanismos de modo manter a discriminação sistemática de indivíduos racialmente identificados.

Observando por uma outra perspectiva, mas ainda tendo o Estado como ponto de partida, os espaços de confinamento e de imposição da disciplina, como casas de detenção e hospícios, apresentam um contingente em que predominam pobres e negros. A população negra é sub-representada em todos os espaços institucionais, inclusive estatais, ao passo que é a maior destinatária das políticas de disciplina e segregação.

É necessário retirar o enfoque do racismo como uma prática individual e analisá-lo sob a perspectiva de que se trata de um sistema político e histórico, que se adapta e se reinventa através de práticas mais sofisticadas, formulando regras e impondo padrões sociais que privilegiam indivíduos brancos. Para romper com esse sistema, precisamos abandonar os discursos que o legitimam, sobretudo com o discurso da neutralidade, da universalidade de direitos e da meritocracia.

O serviço público tem uma cara muito diferente dos seus destinatários e este fato tem que ser discutido a partir das nossas raízes históricas. Não

dá para, diante de tamanha discrepância, manter o que se convencionou chamar de cegueira de cor. Não dá para ter acessos de indignação seletiva ao se deparar com casos pontuais de discriminação racial, quando não se questiona porque há tão poucos negros dividindo os mesmos postos de trabalho que nós. É preciso atentar para o fato de que tudo isso mantém a estrutura racista de nossa sociedade, em que há a determinação de um modelo de humanidade e de quem acessará determinados espaços.

## MACHISMO

“Por um mundo que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres” Rosa Luxemburgo. A frase da Rosa Luxemburgo traz à baila o machismo que perpassa a vida social como um todo. Ser socialmente igual é garantir às mulheres equidade em relação aos homens, superando e valorizando o seu histórico papel reprodutivo.

A equidade se obtém no entendimento de que as mulheres são humanamente diferentes e na aceitação de que são livres para serem quem e o que quiserem e estarem onde acharem adequado, sem serem pautadas ou menosprezadas.

O Serviço Público Federal, em especial o do Judiciário Federal é uma bolha que trabalha com intersecções do machismo estrutural da nossa sociedade. Um machismo que valoriza as mulheres que cumprem a função de exaltar o poder masculino, seja através do não questionamento da ordem estabelecida, seja deixando de confrontar as situações de conforto.

No Judiciário Federal há uma pequena maioria feminina, em que mulheres exercem cargos de gestão e poder, situação que vem aumentando ao longo dos anos. À primeira vista pode parecer que foi alcançada a equidade sonhada, afinal de contas não há diferenças salariais, seja entre servidoras e servidores, seja entre magistradas e magistrados, e as mulheres exercem posições de mando. No TRT da 4ª região, por exemplo, a presidência é ocupada há quatro gestões consecutivas por mulheres.

Seria perfeito, se não fosse superficial. E é superficial, porque esse retrato não capta o movi-

mento, as concessões, as renúncias, as cobranças das mulheres para alcançar cada etapa de sucesso (assim considerado as posições de poder dentro da instituição).

Para uma melhor análise, faz-se necessária uma digressão para a conjuntura em que vivemos, até porque, como já dizia Simone de Beauvoir: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa, para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que se manter vigilante durante toda a sua vida”.

É importante desvelar a regressão de direitos em curso que não soluciona a crise social e econômica brasileira, ao contrário, a Reforma Trabalhista e a Lei de Terceirização atacam ainda mais os direitos das mulheres trabalhadoras, pois além de serem demitidas por terem que cuidar de filhas/os e de idosos/as ou quando gestantes, a terceirização da produção amplia a produção industrial domiciliar, o que leva a mulher “de volta” ao espaço doméstico coexistindo com o trabalho domiciliar. Outro óbvio ataque às mulheres está na reforma da Previdência Social, seja no âmbito privado quanto público, pois demonstra sua misoginia (ódio às mulheres) aumentando a idade das mulheres para a aposentadoria, ignorando que elas têm dupla ou tripla jornadas de trabalho, além de desconsiderar a existência do trabalho reprodutivo.

A aposentadoria por idade tem sido a modalidade de aposentadoria mais comum entre as trabalhadoras, em razão da dificuldade que a maioria delas tem para alcançar o tempo mínimo exigido pela lei para se aposentar por tempo de contribuição. De acordo com informações do Anuário Estatístico da Previdência Social, em 2015, as mulheres corresponderam a 62,6% do total de aposentadorias por idade concedidas no RGPS, contra apenas 37,4% de homens. Em contrapartida, entre as aposentadorias por tempo de contribuição, os homens corresponderam a 69,7%, e as mulheres, a 30,3%. E mesmo com os recentes fracassos do governo Temer na tentativa de votação da reforma da previdência no Congresso, segue um espectro ameaçador aos direitos historicamente conquistados, trazendo à tona posturas inconciliáveis com a democracia: machismo, racismo, lesbotransfobia e intolerância religiosa.

Não fosse suficiente, a Emenda Constitucional 95, que já impõe sobrecarga de trabalho aos servidores e às servidoras, diante da impossibilidade de reposição de pessoal, congelou investimentos sociais, comprometendo a já frágil política de combate à violência de gênero e atendimento à saúde, num momento em que crescem as taxas de assédio moral e sexual e de feminicídio – o Brasil é o 5º entre 84 países que mais matam mulheres no mundo e o que mais mata mulheres trans. Apesar de leis como a Lei Maria da Penha (2006) e a tipificação de feminicídio no Código Penal (2015), o país faz pouco em termos de políticas públicas. O Plano Nacional de Educação (2014) retirou explicitamente o termo “gênero”, repercutindo tal posição nos Planos Estaduais e Municipais de Educação, através de um debate enviesado que atrapalha o fim da desigualdade de gênero.

Qualquer mudança de paradigma requer a construção da consciência de gênero, compreendendo que as desigualdades, por serem produção cultural, também podem ser modificadas. É preciso reconhecer que, historicamente, houve uma divisão entre espaços ocupados por homens e mulheres nas sociedades modernas, aos homens foram dedicados os espaços públicos (política) e às mulheres os espaços privados (lar) e passar a garantir os espaços públicos a partir da perspectiva feminina.

O combate ao machismo no serviço público impõe, essencialmente, um olhar sobre as mulheres-mães, a partir da compreensão de que enquanto instituição e sociedade, homens e mulheres são responsáveis por dar condições às crianças de uma infância saudável, o que não ocorre com mães sobrecarregadas e culpadas.

Como proposta para a mudança se faz necessário:

1) Ter compromisso com a emancipação das mulheres, uma responsabilidade que não é apenas das mulheres;

2) Garantir representatividade da diversidade de mulheres, considerando raça, sexualidade, origem, geração, entre outros marcadores existentes no serviço público, o que se faz com empatia às necessidades das mulheres-mães;

3) Promover formação sindical feminista;

4) Estimular o debate sobre a participação das mulheres, em perspectiva feminista, promovendo reflexões e mudança de visão de mundo;

### **LGBTfobia**

O Brasil segue sendo o país que mata mais LGBTs no mundo. Apesar de avanços nos direitos das pessoas LGBTs pelo mundo, como o Uruguai, que ampliou direitos aos cidadãos transexuais ou, ainda, como a Escócia, que se tornou o primeiro país no mundo a inserir o estudo sobre a cidadania LGBT nos currículos escolares, o Brasil confirma uma história de repressão e perseguição aos LGBTs. As conquistas da população LGBT no Brasil são tardias, motivo pelo qual o preconceito enraizado violenta e mata pessoas LGBTs diariamente.

Se a perspectiva de novas conquistas para a comunidade LGBT já eram remotas, com o novo cenário a se formar em 2019, após as eleições deste ano, as novas perspectivas são de ataques políticos e violentos. O Presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), aponta desde o período pré-eleitoral sua visão homofóbica e restritiva de direitos das pessoas LGBTs. São inúmeras as declarações do candidato eleito onde deprecia e, em alguns casos, incentiva a violência contra essas pessoas. Tanto que já no período eleitoral foram registrados inúmeros casos de violência homofóbica por parte de seguidores de Bolsonaro.

O Sintrajufe/RS historicamente esteve ao lado das lutas da população LGBT, e não poderia ser diferente. No ano de 2017, foi fundado o Núcleo de Diversidade Sexual do Sintrajufe/RS (NUDS), que reúne trabalhadores e trabalhadoras LGBT do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul. O NUDS tem participado de diversas organizações de eventos da temática LGBT como: Paradas LGBTs, reuniões, participação de membros nos comitês dos tribunais e atos políticos em Porto Alegre e no interior do estado.

O papel do movimento sindical para os tempos que se avizinham é fortalecer e radicalizar as lutas pelas liberdades democráticas. O Judiciário ainda é lugar de independência e de reconhecimento de direitos, sendo o maior aliado institu-

cional da causa LGBT no país, o que por si só já demonstra o relevo da atuação dos servidores e servidoras nas lutas da comunidade LGBT. Por isso, urge o fortalecimento da pauta dentro da categoria através, também, da atuação sindical.

Coletivo Luta Sintrajufe

# Mulheres, Negros e Negras, LGBTI+ e Pessoas com Deficiência

## DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS COMO TERRITÓRIOS DE RESISTÊNCIA

*“O feminismo me ensinou o que é opressão sistêmica, pois me mostrou como ela aflige mulheres diferentes de formas diferentes, mas aflige ainda assim a todas as mulheres.”*

(Joana Burigo)

A atual conjuntura brasileira nos obriga a revisitar situações que supúnhamos superadas ou em processo de superação: desamparo social, angústia pelo futuro e medo em situações cotidianas de militância, voltaram a ser pauta de quem atua e milita por um país mais justo.

O discurso fascista de Jair Bolsonaro, que assumirá a presidência da república em janeiro de 2019, deixa explícita a intenção de perseguição aos movimentos sociais, num contexto de recrudescimento de avanços sociais e de perdas de direitos conquistados com muita luta, dentre eles a legislação trabalhista – foco de grande preocupação para nós que atuamos na JT – o atendimento universal no SUS e a seguridade e assistência previdenciária.

Tal situação atingirá, certamente, todas as esferas da classe trabalhadora que será obrigada a resistir para manter, minimamente, aquilo que já foi conquistado. Mas ainda que toda a classe trabalhadora seja afetada por esta conjuntura, não podemos descartar que são as populações VULNERÁVEIS as que mais sofrerão.

Negras e negros, povos tradicionais, populações ribeirinhas, pequenas produtoras e produtores rurais, especialmente em áreas de conflito de terra, quilombolas em territórios urbanos e rurais, famílias sem moradia ou em situação de abrigo precário e LGBTI+ – e dentro de todos estes segmentos, de forma ainda mais significativa, as mulheres – serão os mais atingidos, constituindo-se, hoje, em movimentos de resistência para os quais precisamos voltar nossa atenção e nosso apoio.

No Judiciário Federal pouco avançamos em relação à atenção dada pelo movimento sindical às mulheres, negros e negras, LGBTI+ e pessoas com deficiência, sendo comum que situações de racismo e sexismo ocorram em nossas unidades de trabalho e nas próprias relações sindicais assim como a falta de condições para o trabalho e acessibilidade de colegas com deficiência que hoje sofrem a possibilidade de acesso especial nos concursos ser extinta – decreto 9.546/2018 do golpista Michel Temer que acaba com as provas especiais.

Se aqui no RS conseguimos alguns avanços, em especial na JT, em função da Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade aprovada em 2017 pelo TRT4 – fruto da atuação militante do Coletivo Viva Voz (Integrante da Oposição Sindical Cutista Democracia e Luta) - no resto do país não há notícia de qualquer evolução, o que indica uma completa cegueira do movimento sindical em relação ao cenário político nacional.

## ATAQUES À LIBERDADE E À AUTONOMIA DE MULHERES, NEGROS E NEGRAS E LGBTI+

Se é verdade que o Congresso Nacional sofreu uma grande renovação com as eleições de 2018, também é verdade que esta “renovação” se deu com um aprofundamento das forças conservadoras que ocuparão as cadeiras na próxima legislatura, havendo uma grande migração dos membros das bancadas de Centro Direita para a Extrema Direita, formando uma base de apoio muito ampla ao novo presidente eleito. Esta migração dá notícias de que existem, de fato, possibilidades concretas para que o próximo governo aprofunde reformas que visam a diminuição do Estado, entregando áreas que são do interesse de grandes corporações financeiras, significando que temas que nos são muito caros serão atacados violentamente já a partir de janeiro do próximo ano e que devemos nos manter vigilantes às votações, mesmo antes desta data.

A agenda conservadora se utilizará das pautas das mulheres, negros e negras e LGBTI+ como “cortina de fumaça” para que temas mais abrangentes – como as reformas econômica e da previdência, a entrega do patrimônio da Petrobras e o atendimento à Saúde – sejam deixados de fora dos noticiários e do imaginário da população mais desinformada, passando suas mudanças de forma despercebida.

A ideia de que uma educação doutrinária estava em curso no país já vem sendo trabalhada pela direita há alguns anos e não é raro encontrarmos, dentro da nossa categoria, pessoas que caem nesse “conto do vigário”, assumindo o tema “Educação Sem Partido” como verdadeiro. Necessário que saibamos que esta não é uma agenda exclusivamente nacional, havendo países da Europa e das Américas Central e do Norte que caminham no mesmo compasso. Emblemática, neste contexto, a situação da Hungria, onde os Estudos de Gênero foram proibidos inclusive nas Universidades, havendo, hoje, apenas uma universidade do país – duramente atacada – que ainda resiste e mantém esta temática no seu currículo.

Isso representa um profundo retrocesso no entendimento do corpo e das expressões de gênero, retrocesso que visa, ao fim e ao cabo, o condicionamento das mulheres para que desempenhem os papéis que para elas foram desenhados, de filha, esposa e mãe e que tão bem servem aos interesses do capitalismo.

Aos homens o trabalho público, fora dos lares, remunerado e valorizado. Às mulheres os trabalhos domésticos e os cuidados, desvalorizados economicamente e sem remuneração! É isso que pensam e desejam as vozes que se levantam para amordaçar a liberdade de cátedra, limitando a educação de jovens e crianças a uma educação doutrinária, limitadora e não raro sujeitada a preceitos religiosos conservadores.

O debate tardio do Aborto no Brasil não segue outra agenda que não essa citada acima. Para a ideologia conservadora somos corpos reprodutores, alimentadores da mão de obra barata que movimenta o capitalismo e, mesmo que constitucionalmente garantida, nossa autonomia e liberdade não valem.

Da mesma forma que buscam devolver as mulheres para dentro da higienizada “família tradicional” empurram para dentro do armário – de volta a condições de invisibilidade e repressão – a população LGBTI+ pelo papel questionador que têm desempenhado nas últimas décadas com relação à sexualidade e ao prazer, direitos inerentes a todos os seres humanos.

Não é a toa que na Hungria, após abandonarem os estudos de gênero, as escolas voltam a “ensinar” que mulheres e homens são diferentes geneticamente, havendo inferioridade intelectual e cognitiva das mulheres em relação aos homens. Não é a toa que a farsa do Kit Gay foi retomada nas últimas eleições presidenciais no Brasil, movimentando o imaginário conservador em uma caça às bruxas modernas. Os temas de direitos sexuais e reprodutivos, neste contexto, voltam a ser tabus, que não devem ser falados, ensinados ou vivenciados.

Em paralelo a isso a tentativa de enquadramento de movimentos como o MST e MTST em crimes de terrorismo, aliados à perseguição aos territórios Quilombolas e indígenas, que não podem ser comparados à invasão de propriedades, já que legalmente pertencentes a estas comunidades remanescentes, criam a “distração” para que reformas que atingem a toda a população trabalhadora sejam aprovadas com pouco alarde.

Precisamos nos PREPARAR para este cenário, sob grave risco de OU abandonarmos estas populações vulneráveis a sua própria sorte, a fim de combatermos as reformas de fundo, OU aceitarmos a agenda imposta para protegermos estas populações, deixando de vigiar, impedindo sua tramitação, a estas reformas de fundo.

Ambas as lutas são fundamentais para que possamos resistir ao avanço misógino e fundamentalista e tratar as temáticas de Raça, Gênero, Identidade de Gênero, Orientação Sexual e de Pessoas com Deficiência, como “identitárias” ou desimportantes são equívocos absurdos que não podem ser aceitos ou validados por entidades sindicais comprometidas com a pauta dos Direitos Humanos.

Nossos corpos são corpos políticos e indis-

sociáveis de nossa existência plena. Precisamos compreender nossos prejuízos ou nossos privilégios, vinculados às condições que estão marcadas nestes corpos que habitamos, corpos que são nossos territórios de ação e de atuação militante em busca de justiça social e de equidade tão desejadas por nós.

O engajamento do sindicato nestas lutas é imperativo, sob risco de deixar a categoria à deriva e, desta forma, disponível para cooptação de nossos algozes.

Não podemos ceder aos apelos conservadores que questionam todo o tempo “o que isso tem a ver com a gente?”, porque se o fizermos, estamos negando voz a uma parcela significativa de nossa categoria, mas sobretudo, negando humanidade a grupos sociais importantes que precisam de nosso apoio e de nossa disposição militante.

Necessário afirmarmos que esse apoio não pode ser apenas discursivo. Faz-se necessário que discutamos – e o congresso é o espaço correto para isso – formas de sustentarmos financeiramente estas lutas, dentro dos espaços de representação do sindicato, através do fortalecimento e da destinação de orçamento específico para atuação dos NÚCLEOS do SINTRAJUFÉ e fora de nossas instâncias, através do apoio financeiros dos eventos dos movimentos sociais, o que pode ser feito com planejamento para os próximos anos, ao colocarmos datas significativas como o 08 de março (Mulheres), o 28 de Junho ou 17 de Maio (Homofobia), o 29 de Agosto (Lésbicas) e o 20 de novembro (Negritude) em nossos calendários oficiais, com destinação de verba correspondente para apoio às ações DE RUA dos movimentos sociais.

## PAUTA DE LUTA

### MULHERES

1. Defesa do aborto legal e seguro, com atendimento integral a todas as mulheres pelo Sistema Único de Saúde e da educação sexual e reprodutiva, inclusive, nos currículos escolares, como forma de ensinar a evitar a gravidez indesejada;

2. Criação do Núcleo de Gênero do Sintrajufe-RS – com valores do orçamento destinado para

ações a serem definidas no núcleo, com anuência prévia da direção sindical

1. Destinação do valor anual de, no mínimo, um salário-mínimo para contribuição para a atividade de rua do 08 de março das mulheres, mediante engajamento e participação do Núcleo de Mulheres do Sintrajufe-RS, sem prejuízo do orçamento do Núcleo, referido acima

2. Cursos Anuais sobre Sindicalismo e Feminismo ministrados (com remuneração) por movimentos feministas (mais de um) reconhecidos por sua militância no RS a ser organizado pelo Núcleo;

3. Realização Bianual de Encontro Sindical de Mulheres do Judiciário, onde possamos deliberar e encaminhar ao sindicato as pautas sobre esta temática, a ser conduzido pelo Núcleo;

3. Marcar o mês de março como Mês Internacional da Mulher, direcionando as ações e a Comunicação do Sindicato neste mês para as temáticas de gênero, sem prejuízo da transversalização desta pauta em todas as atividades sindicais;

4. Garantir a PARIDADE DE GÊNERO nas eleições sindicais e na composição de todas as diretorias, a exemplo do que foi encaminhado na Fenajufe e na CUT;

### RAÇA

1. Defesa formal pelo SINTRAJUFÉ de todos os Territórios Quilombolas do RS, em especial os sete (07) Quilombos Urbanos da Cidade de Porto Alegre – e de forma mais direta aqueles que sofrem ameaça de despejo - colocando a estrutura do sindicato materialmente a serviço desta pauta, que deve ser noticiada e explicada à categoria;

2. Criação do Núcleo de Pretos e Pretas do SINTRAJUFÉ-RS – com valores do orçamento destinados para ações a serem definidas no núcleo, com anuência da direção sindical

1. Destinação do valor de, no mínimo, um salário-mínimo anual para a realização da Marcha Zumbi dos Palmares, mediante engajamento e participação do Núcleo de Pretos e Pretas do Sintrajufe-RS, sem prejuízo do orçamento do Núcleo, referido acima;

2. Cursos Anuais sobre Raça e Etnia (com remuneração) por movimentos de Pretos e Pretas (mais de um) reconhecidos por sua militância no RS a ser organizado pelo Núcleo;

3. Realização Bianual de Encontro Sindical de Pretos e Pretas do Judiciário, onde possamos deliberar e encaminhar ao sindicato as pautas sobre esta temática, a ser conduzido pelo Núcleo;

2. Marcar o mês de Novembro como Mês Internacional da População Preta, direcionando as ações e a Comunicação do Sindicato neste mês para as temáticas de Raça e Etnia, sem prejuízo da transversalização desta pauta em todas as atividades sindicais;

3. Promoção de políticas e incentivos para a participação da categoria nos eventos e cursos sobre a temática, promovidos pelo Sintrajufe, pelo Núcleo e pelo Comitê de Equidade, no TRT;

3. Garantir a PROPORCIONALIDADE DE RAÇA nas eleições sindicais e na composição das diretorias, garantindo, no mínimo, 20% de participação de negros e negras, a exemplo do que foi encaminhado na Fenajufe e na CUT;

### **LGBTI+**

1. Defesa formal pelo SINTRAJUFES-RS das liberdades sexuais e apoio ao Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo e da adoção por pessoas LGBTI+, através do acompanhamento no Congresso Nacional em ação conjunta com a FENAJUFES, dos cerca de 24 projetos que tramitam com o intuito de retirada de direitos desta população, a fim de barrar sua aprovação, bem como da manifestação favorável aos projetos que visam a Criminalização da Homofobia e a regularização, em Lei, do Casamento Civil Homossexual;

2. Fortalecimento do NUDS – Núcleo de Diversidade Sexual do Sintrajufe-RS, através da destinação de valores orçamentários anuais para realização de atividades, de acordo com as deliberações das reuniões ordinárias e mediante aprovação prévia da Direção da entidade;

3. Atuação do SINTRAJUFES para divulgar e convocar as pessoas LGBTI+ de todos os ramos do Judiciário Federal para que passem a integrar o

NUDS, através dos informativos do sindicato;

a. Previsão anual das datas importantes para o Segmento LGBT, a fim de que possam produzir, de forma sistemática e continuada, matérias sobre os temas:

- i. 29 de Janeiro – Dia da Visibilidade Transexual
- ii. 17 de Maio – Dia Internacional de Combate à Homofobia
- iii. 28 de Junho – Dia do Orgulho Gay
- iv. 29 de Agosto – Dia da Visibilidade Lésbicas
- v. 29 de Setembro – Dia da Visibilidade Bissexual

4. Destinação de Valores Anuais de, no mínimo, um salário-mínimo para as atividades de Visibilidade Lésbica e da Parada Livre, a serem usados mediante encaminhamento e engajamento do NUDS nas atividades, sem prejuízo do orçamento do NUDS, referido no item 2;

5. Realização de Encontro Bianual do Segmento LGBTI+ da categoria do Judiciário Federal, onde possamos deliberar e encaminhar ao sindicato as pautas sobre esta temática, a ser conduzido pelo Núcleo;

6. Garantia da participação de pelo menos duas mulheres do NUDS (uma lésbica e uma bissexual), custeadas pelo SINTRAJUFES, nas próximas edições SENALESBI - maior espaço de deliberação nacional destes segmentos - que acontecem a cada dois anos, estando o próximo evento previsto para agosto de 2020 em Fortaleza.

• Necessário dizermos que este ano, tal participação foi negada pela direção sindical sob alegação de dificuldades financeiras, ainda que o pedido tenha sido feito com antecedência, quando o custo das passagens não ultrapassaria 450,00 por participante. Além disso, recurso à assembléia geral foi ignorado pela direção, ferindo expressamente o artigo 18, parágrafo III do Estatuto.

7. Garantir, na medida do possível, a participação de LGBTI+ em todas as instâncias representativas da entidade, de forma visível e engajada, como forma de potencializarmos os debates sobre liberdades sexuais com o restante da categoria.

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

A Oposição Sindical Democracia e Luta endossa a tese encaminhada e assinada pelo Núcleo de Pessoas com Deficiência e também inclui o seguinte ponto:

1. Revogação ou questionamento da legalidade do Decreto 9.546/2018 do golpista Michel Temer

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe (integrado por militantes do Coletivo Viva Voz/CUT, CTB e independentes)

# Resoluções dos PCD's para o IX Congresso Estadual do Sintrajufe

Os servidores com deficiência da categoria saúdam os delegados do IX Congresso Estadual do Sintrajufe, e encaminham, para referendo junto a este importante momento de tomada de decisões da categoria, as seguintes resoluções:

## I – NÚCLEO DE SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA

1. O SINTRAJUFÉ deverá incentivar a reativação do Núcleos de Servidores com Deficiência ainda no primeiro semestre de 2019.

2. O SINTRAJUFÉ deverá fomentar a criação do Coletivo Nacional dos Servidores com Deficiência da FENAJUFÉ – CONADEF (ou CONASEDEF)

## II - ACESSIBILIDADE

1. O SINTRAJUFÉ deve lutar para garantir a acessibilidade dos servidores com deficiência e de todos os cidadãos aos prédios e serviços públicos, em particular aos prédios e serviços do Judiciário Federal e MPU.

2. Entendemos que a acessibilidade - em seu conceito recente, redefinido pela Lei nº 13.146/2015, intitulada Lei Brasileira de Inclusão, ou, também, Estatuto da Pessoa Com Deficiência -, beneficia a todos os cidadãos, sendo um conceito que passa por vários estágios, iniciando-se pela aceitação do direito de evitar desigualdades para as pessoas com qualquer tipo e/ou grau de deficiência. Eliminar os preconceitos, criando uma nova consciência, que valorize e integre o ser humano por suas capacidades, e que não o exclua por suas deficiências, é um processo pelo qual deve passar o conjunto da sociedade para que se possa edificar espaços para diversidade humana.

3. Apesar do reconhecimento de que muito tem sido feito pelas administrações dos tribunais nos prédios do Judiciário Federal para adaptar os meios físicos às necessidades das pessoas com deficiência, quer seja pela necessidade de enquadramento à lei, ou pelo atendimento às reivindicações

encaminhadas, ainda existem muitos problemas identificados pela categoria e que merecem atenção.

4. Merece destaque, juntamente com a questão da acessibilidade física, também o ponto referente a acessibilidade visual. A presença de sinal de voz e braille nos elevadores, piso tátil nos acessos, são algumas das providências que necessitam ser adotadas.

5. O SINTRAJUFÉ deverá reivindicar junto aos tribunais o amplo acesso a emails, cursos e informações eletrônicas aos funcionários com deficiência visual. Por amplo acesso entende-se a disponibilização dos meios para que estes possam ter o mesmo direito dos demais funcionários. A acessibilidade dos deficientes visuais e cegos aos emails e páginas da internet se dá pela aquisição de software leitor de página, cuja aquisição e utilização deve ser reivindicada pelo SINTRAJUFÉ. Deve o SINTRAJUFÉ, ainda, verificar se as páginas da internet dos tribunais estão de acordo com o Decreto 5296/04, possibilitando a acessibilidade dos deficientes cegos a sua leitura.

6. O SINTRAJUFÉ deverá encaminhar junto aos Tribunais solicitação para verificação da situação de acessibilidade de seus prédios.

7. Em relação à deficiência auditiva, deve a administração do TRT4 levar em conta o posicionamento do servidor no seu local de trabalho, evitando que fique colocado no meio da sala e/ou de costas a várias pessoas, devendo ser posicionado de modo a ter a visão mais ampla possível do seu local de trabalho, sem obstáculos. Também se faz necessário maior quantidade de instruções/orientações por escrito sobre as rotinas e atividades a desenvolver, já que, via de regra, estas são fixas, que podem ser compartilhadas por meio de cartilhas ou e-mail.

8. Para melhor oferecer o amplo acesso dos colegas com deficiência auditiva às ferramentas de comunicação, o setor de informática deve instalar

hangouts com alerta visual na tela para as chamadas, para que a pessoa surda possa se comunicar sem telefone. Deverá haver incentivo e disseminação do uso de hangouts em vez da comunicação por telefone.

9. Para aqueles surdos que não sabem sinais - surdos-oralizados, sugere-se o uso do recurso de transmissão das audiências em legendas automáticas simultâneas no computador, com intérprete digitador. Para aqueles surdos que não sabem sinais - surdos-oralizados, sugere-se o uso do recurso de transmissão das audiências em legendas automáticas simultâneas no computador, com intérprete digitador - ESTENOTIPISTA Sugere-se também a utilização do sistema fm, que leva o som das falas do juiz para dentro dos aparelhos auditivos ou implante coclear. Também sugere-se a chamadas em tela visual dos nomes das partes no saguão pois, se a parte não é assistida por advogado e é surda, não escutará o secretário de audiência chamar seu nome.

10. Além dos prédios do Judiciário Federal e Ministério Público a, precisamos voltar nosso olhar também para o entorno das instalações das Justiças do Trabalho, Federal, Eleitoral e Militar. A acessibilidade é universal e, portanto, deve ser implantada em todas as unidades, seu entorno e na sociedade como um todo.

11. O SINTRAJUFES deve estar presente nas lutas pela eliminação de barreiras e pela construção de espaços acessíveis e livres de impedimentos à circulação autônoma do maior número possível de seres humanos, de acordo com os princípios da equidade, flexibilidade, simplicidade, informação perceptível, tolerância ao erro, baixa exigência de esforço físico, tamanho e espaço para aproximação, apropriados.

12. O SINTRAJUFES atualizará a página no site dedicado aos servidores com deficiência, com informações de interesse da categoria.

13. O SINTRAJUFES deverá promover uma campanha institucional de inclusão social e contra o preconceito em relação às pessoas com deficiência - seja servidor, seja público em geral. A campanha consiste em confecção de camisetas, adesivos, cartazes e folders, entre outros. Um dos

materiais da campanha institucional seria a produção de manual (documento formal) e também cartilha simples e leve, explicando como melhor receptionar o PCD e aproveitar o máximo de suas potencialidades.

14. O SINTRAJUFES deverá subsidiar materiais elaborados pelo seu Núcleo de PCDs, dentre eles o Manual de Acolhimento e Adaptação às Pessoas Com Deficiência, a ser disponibilizado gratuitamente e colocado nos sites do SINTRAJUFES e da FENAJUFES. Este material deverá ser encaminhado aos Tribunais e ao Ministério Público, com a sugestão de sua adoção, inclusive como material de apoio obrigatório a ser distribuído às chefias que acolherão o servidor PCD.

15. O SINTRAJUFES deverá, de forma urgente, tornar a sua página na Internet acessível para os servidores com deficiência. Não é admissível que em pleno ano de 2018 a página do nosso Sindicato não seja acessível aos servidores com deficiência, em seu amplo espectro de diversidade e com necessidades distintas para a sua inclusão e a sua acessibilidade.

### III - RELAÇÕES DE TRABALHO

1. O SINTRAJUFES deve reivindicar, junto às administrações dos tribunais, acesso dos servidores com deficiência aos cursos realizados para a qualificação de seus servidores, adequando-os as suas necessidades especiais.

2. O SINTRAJUFES deve buscar e acompanhar a constituição de comissões nos tribunais onde a mesma ainda não existe.

3. No caso da Comissão ou Núcleo de Pessoas com Deficiência (PCD's) já existentes, o SINTRAJUFES deve acompanhar e contribuir para o seu funcionamento, gestionando junto à administração dos Tribunais o aumento do número de representantes do sindicato.

### IV - COTAS

1. O SINTRAJUFES deve reivindicar a participação do Núcleo de Pessoas com Deficiência (PCD's) nas comissões de concursos nos Tribunais, buscando garantir a política de cotas.

2. O SINTRAJUFES deverá fazer um levantamento sobre o uso das cotas nos Tribunais, verificando se está sendo feita a compatibilização da Lei nº 8112/90 com o Decreto 3298/99.

3. A discussão sobre a regionalização deverá ser feita em encontro dos servidores com deficiência, sendo o seu resultado encaminhado às instâncias de deliberação da categoria.

## **V - APOSENTADORIA ESPECIAL**

1. O SINTRAJUFES é o autor e sempre apoiou os projetos de leis do senado de autoria do Senador Paim (nº 250/05 e 252/05), que regulamentam a aposentadoria especial no serviço público e iniciativa privada, respectivamente. Com a decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) que determinou a imediata regulamentação da matéria, deverá o SINTRAJUFES acompanhar o tramite do PLS 250/05 para que seja acelerada a votação final e a regulamentação da matéria.

2. O SINTRAJUFES deverá propor uma Audiência Pública Nacional, articulada com o gabinete do Senador Paulo Paim e com a participação de todas as entidades de pessoas com deficiência do Brasil, para discutir e exigir a regulamentação da aposentadoria especial.

3. O SINTRAJUFES acompanhará juridicamente os processos de aposentação especialmente no que tange aos resultados das perícias.

## **VI - AUXÍLIO CUIDADOR (ADICIONAL DE 25%)**

1. O SINTRAJUFES deverá propor sugestão de projeto de lei aos parlamentares para criar o auxílio cuidador (adicional de 25% que já existe na iniciativa privada e de outras categorias como servidores do RS, servidores municipais, etc.) para os servidores com deficiência aposentados e que necessitam de cuidados especiais. Inclusive sugestões de emendas às Medidas Provisórias editadas pelo governo.

## **VII - ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

1. O SINTRAJUFES deve continuar a fiscalização e discussão para que a Lei nº 13.146/2015,

intitulada Lei Brasileira de Inclusão, ou, também, Estatuto da Pessoa Com Deficiência seja efetivamente respeitado, inclusive propondo um evento específico para tal.

2. O SINTRAJUFES deverá acompanhar a tramitação de todos os projetos de interesse dos servidores com deficiência, mantendo atualizado o site com as informações.

## **VIII - ENCONTRO DOS SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA**

1. O SINTRAJUFES, tendo em vista a necessidade de acumular discussões para dar andamento aos seus trabalhos, deve propor a realização do Encontro Estadual de Servidores com Deficiência, a ser realizado até 2020 (de preferência em data comemorativa como dia da pessoa com deficiência, dia nacional de lutas das pessoas com deficiência, etc.), com a participação e o apoio de toda a categoria e tentar articular o encontro em parceria com os Tribunais.

Assinam:

Ari Antonio Heck  
Coordenador do NAF (Núcleo de Aposentados) Sintrajufe-RS e Diretor de Base.

Alex Bruno Viana da Silva  
Direção Colegiada do Sintrajufe-RS e Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TRT da 4ª Região (CPAI-TRT 4R)

Floravante Moraes  
Direção Colegiada do Sintrajufe-RS

Elton Decker  
Membro do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do TRT da 4ª Região

Luciano Ecco  
Servidor e sindicalizado há mais de 20 anos na VT de Bento Gonçalves-RS.

Celso Munhoz Schmidt  
Seção de Sistemas Administrativos - Analista Judiciário - Tecnologia da Informação

Gerson Stertz CCDF Santa Cruz do Sul - Técnico Judiciário	Marcelo Lopes de Lopes Técnico Judiciário – Direção do Foro de Porto Alegre-RS – TRT4
Alessandra Pereira de Andrade Técnica Judiciária da 4ª VT de Porto Alegre- -RS	Luci Inamar de Oliveira da Silva Técnica Judiciária – Seção de Agravos de Instrumento – TRT4
Gladis Carita Marques Técnica Judiciária da 18ª VT de Porto Alegre- -RS	Luciano d'Ávila Analista Judiciário – Setor de Zeladoria do Foro Trabalhista de Porto Alegre-TRT4
Cláudio Ricardo Reinhardt Analista Judiciário da PAJT São Lourenço do Sul – RS	Luisa Bergmann Analista Judiciária – 15ª Vara do Trabalho de Porto Alegre

# **APOSENTADOS**

## **Jubilamento não é inatividade: o protagonismo de aposentadas, aposentados e pensionistas nas Lutas Sindicais**

O Núcleo dos Aposentados e Pensionistas do Judiciário Federal do Rio Grande do Sul (NAF) foi criado no dia 8 de outubro de 1998 em uma das gestões do Coletivo Viva Voz, na sede do Sintrajufer/RS, sendo sua constituição prevista no artigo 7º, parágrafo 2º, do estatuto do sindicato.

De lá para cá transcorreram vinte anos de uma atuação ativa e militante de vários colegas, homens e mulheres que, apesar de conquistarem a aposentadoria, se sentem responsáveis pelas pautas da categoria, atuando de forma coletiva e coordenada, a partir dos debates e das reuniões regulares, realizadas dentro do Núcleo, sempre respeitada a medida do interesse e da possibilidade de cada integrante.

Ainda que essa participação seja reconhecidamente de alta relevância, podemos avaliar como muito aquém do possível o número de aposentados que se envolvem na vida sindical, seja nas reuniões dos núcleos, seja nas votações para compor a direção sindical, seja nas atividades organizadas pelo sindicato.

Esse afastamento da grande maioria das atividades sindicais, nos coloca diante de questionamentos que precisamos responder:

1. Quantos são os aposentados da categoria?
2. Que percentual deles mantém vínculo de filiação com o sindicato?
3. Como vivem estes aposentados da categoria?
4. Para onde voltam seus interesses, após o encerramento do ciclo de trabalho?
5. Que sequelas este trabalho deixou e que resultaram em problemas de Saúde?
6. Que ligações mantêm com as pessoas com as quais trabalharam?
7. Quais as dificuldades que enfrentam e com quem contam para resolvê-las?

Esses são exemplos de questionamentos, que não se encerram apenas nestas questões, mas que deveriam ser alvo de curiosidade e preocupação daqueles que, exercendo suas funções hoje, viverão no futuro essa mesma situação. Afinal, a longevidade deve aumentar com o passar dos anos e devemos pensar nossas aposentadorias como uma nova fase, igualmente produtiva, na qual temos a oportunidade de aproveitar prazeres da vida que a responsabilidade com horário e produtividade nos impedem de viver.

Conhecer essas situações nos dá a chance de ajudar na prevenção dos eventuais problemas e, inclusive, implementar políticas coletivas para o seu enfrentamento.

Focar na preparação para aposentadoria, bem como na integração dos novos jubilados às atividades do Núcleo e na preocupação de que a aposentadoria não signifique um isolamento do local de trabalho (e do Sindicato), com o qual a grande maioria conviveu por décadas, podem ser aspectos importantes para incrementar ainda mais a participação militante de aposentados nas atividades sindicais e na qualidade de vida destes aposentados e aposentadas.

### **PAUTA DOS APOSENTADOS**

1. Realização de pesquisa de saúde e condições de vida com todos os aposentados das categorias representadas pelo SINTRAJUFE-RS, a fim de levantarmos as reais condições deste segmento e de eventuais situações que possam ser enfrentadas coletivamente, com foco especial para:

#### **1. Qualidade de vida:**

1. Realização de atividades físicas,

mentais e de integração social com pessoas da mesma idade;

2. Condições de saúde, dependência de medicações ou de substâncias químicas (incluindo drogadição)

3. Efeitos das condições de trabalho (realizado) na saúde destes aposentados

2. Manutenção dos vínculos com a categoria e o sindicato

1. Quais os interesses com os assuntos da categoria;

2. Que vínculos foram preservados com colegas, sindicato;

3. Quais as formas de comunicação mais eficientes.

2. Postular junto aos Tribunais formas de comunicação mais eficientes com os aposentados, para que possamos compartilhar notícias, campanhas e outras informações com os servidores da ativa e implementá-las também na comunicação do Sindicato com os aposentados - citamos como exemplo a INTRANET do TRT4, onde informações de interesse geral da categoria são noticiados e ao qual os aposentados não têm acesso;

3. Participação dos aposentados nas votações dos comitês e comissões internas dos Tribunais, em especial aqueles que podem, de alguma forma, manter relação com os aposentados, como os ligados às Escolas Judiciais, DH, Memoriais e outros afins;

4. Inclusão de vagas para aposentados nos cursos de interesse geral (painéis, conferências, etc.) realizados pelos Tribunais

5. Ampliação dos convênios do SINTRAJUFE que possam atender interesses deste segmento da categoria: computação para melhor idade, academias com foco nesta população, cursos de línguas, ingressos para teatro, cinema, cursos de artes ou

especializações, viagens ou hospedagens com descontos.

6. Ampliar a participação na FENAJUFE, com um maior número de encontros nacionais de aposentados, realizado pelo CONAP.

### PLANO DE LUTAS

1. Reafirmar a luta pela revogação da EC 95/2016 e contra a reforma da previdência e contra o PLS 116/2017 que permite a demissão de servidor público com critérios subjetivos;

2. Combater a extinção do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho;

3. Lutar contra retirada de direitos, incluídos os dos aposentados, aposentadas e pensionistas;

4. Retomar o debate para o fim da contribuição previdenciária sobre proventos, com a aprovação da PEC 555/2006;

5. Pela revisão anual e direito a data base de toda a categoria de servidores públicos ativos e inativos e pensionistas, com aprovação do PLS 228/2018, que tipifica como crime de responsabilidade a omissão do Chefe do Poder Executivo em propor a revisão salarial anual dos agentes públicos (CF art. 37, X);

6. Pela aprovação da PEC 56/2014 que assegura proventos integrais à aposentadoria por invalidez permanente em todas as hipóteses;

7. Pela aplicação da Lei nº 8213/1991 (art. 45), que assegura um adicional de 25% no valor da aposentadoria do segurado do regime geral, aposentado por invalidez, e que necessite de assistência permanente, aos servidores públicos.

Coletivo Democracia e Luta / Oposição Sintrajufe (integrado por militantes do Coletivo Viva Voz/CUT, CTB e independentes)